Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | TERÇA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2026 | Nº 26.119 | Preço banca: R$ 3,50

Mercado eleva previsão da inflação para 4,31% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 4,17% para 4,31% este ano.

A estimativa está no Boletim Focus da segunda-feira (30), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Em meio às tensões em torno da guerra no Oriente Médio, pela terceira semana seguida a previsão para a inflação deste ano foi elevada, mas ainda se mantém dentro do intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em fevereiro, a alta dos preços em transportes e educação fez a inflação oficial do mês fechar em 0,7%, uma aceleração diante do registrado em janeiro, 0,33%.

No entanto, o acumulado em 12 meses recuou para 3,81%, abaixo dos 4% pela primeira vez desde maio de 2024.

Para 2027, a projeção da inflação subiu de 3,8% para 3,84%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,57% e 3,5%, respectivamente. Página 3

Petróleo pressiona e "inflação do aluguel" da FGV fecha março em 0,52%

Página 3

Galeão é arrematado por R$ 2,9 bilhões pela espanhola Aena

Página 12

Previsão do Tempo

Terça: Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

26º C
18º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,25
Venda: 5,25

Turismo
Compra: 5,26
Venda: 5,44

EURO
Compra: 6,01
Venda: 6,01

Ipem-SP orienta sobre os cuidados na compra de pescados e ovos de Páscoa

Foto: Divulgação/Governo de SP

Página 2

Ipem-SP disponibiliza canal de atendimento exclusivo para taxistas

Página 2

Governo tem déficit de R$ 30 bilhões em fevereiro

Página 5

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,25
Venda: 5,25

Turismo
Compra: 5,26
Venda: 5,44

EURO
Compra: 6,01
Venda: 6,01

Esporte

Andrea Kimi Antonelli vence no Japão e lidera Mundial de F-1

Por Tiago Mendonça

O que você estava fazendo aos 19 anos de idade? No futuro, o italiano Andrea Kimi Antonelli poderá responder dizendo que "estava vencendo corridas e liderando o Mundial de Fórmula 1". O piloto da Mercedes ganhou no domingo, 29, o GP do Japão, terceira etapa do campeonato.

Foi a segunda vitória consecutiva de Antonelli, que agora é o primeiro colocado na tabela de classificação, com nove pontos a mais do que o companheiro de equipe, George Russell. Nunca um piloto tão jovem esteve à frente no Mundial: Antonelli alcançou o feito com apenas 19 anos, sete meses e quatro dias.

O recorde anterior era de Lewis Hamilton, aos 22 anos, em 2007.

É preciso reconhecer que houve uma dose considerável de sorte, ou no mínimo uma "correção de rota", neste resultado. Antonelli era o mais rápido do fim de semana e confirmou essa condição ao registrar novamente a pole position. Mas fez uma largada muito, muito ruim, como tem sido padrão para a Mercedes.

Caiu do primeiro para o sexto lugar, enquanto Russell saiu de segundo para quarto. A partir daí a corrida teve um período de dominância de Oscar Piastri, da McLaren, que pulou de terceiro para a liderança e lá permaneceu na fase inicial da corrida.

Fazendo uma prova de recuperação, Russell chegou a atacar e ultrapassar na chicane na oitava volta (de um total de 53), mas Piastri deu o troco e retomou a ponta logo em seguida, na reta principal. Era a primeira corrida do australiano nesta temporada: na Austrália, bateu indo para o grid; na China, quebrou antes de alinhar.

Piastri só abriu mão da liderança quando fez seu pit stop, na 18ª volta. Russell ficou um pouco mais na pista e parou na 21ª. E foi aí que a sorte sorriu para Antonelli. Assim que seus principais adversários completaram suas paradas, veio um safety-car em função do forte acidente sofrido por Oliver Bearman, da Haas.

Parando em bandeira amarela, Antonelli levou vantagem, voltou à frente e ganhou com mais de 13s de vantagem sobre Piastri, segundo colocado – que conseguiu o primeiro pódio da McLaren em 2026. Charles Leclerc, da Ferrari, foi o terceiro colocado. Russell não conseguiu ir além da quarta posição.

Foto: Mercedes

Antonelli *vence no Japão seguido de Oscar Piastri*

O acidente de Bearman foi causado por uma tentativa de desviar do carro de Franco Colapinto, que vinha muito lento, em recarga de energia. A diferença entre os dois era de 92 km/h. Os pilotos criticaram e a FIA prometeu usar o mês de abril – que não terá corridas – para avaliar o que pode ser feito.

Gabriel Bortoleto largou em nono, chegou a andar na zona de pontuação, mas acabou em 13º. "Nosso ritmo não foi ruim, embora eu tenha tido algumas dificuldades nas retas. O que mais nos afetou hoje, infelizmente, foi a largada", comentou. A Audi optou por um turbo maior, que demora mais a girar, o que deixa os carros da equipe vulneráveis na largada, como também ocorre com a Mercedes. A próxima etapa da F-1 é o GP de Miami, dia 24 de maio.

Mais uma dobradinha da Aprilia em Austin EUA

Foto: MotoGP

Marco *Bezzecchi #72 a frente*

Por Járcio Baldi

A Aprilia repetiu em Austin a dobradinha que havia feito no Brasil, com Marco Bezzecchi e Jorge Martin. Segundo especialistas ainda é cedo para definir se a fábrica italiana é favorita ao título Mundial, mas seus dois pilotos lideram o campeonato. Jorge Martin venceu a Sprint no sábado (Bezzecchi cometeu um erro e caiu). Pedro Acosta completou o pódio em terceiro.

Bezzecchi venceu as últimas cinco corridas (as duas últimas da temporada 2025 e as três primeiras de 2026). O italiano ainda desbancou Jorge Lorenzo na quantidade de voltas consecutivas na liderança, e lidera a era moderna da MotoGP com 121 voltas, o espanhol tinha 103 voltas. Quando perguntado sobre o que achava, apenas respondeu que era 'legal', mas que eram apenas números. O italiano da Aprilia agora possui 13 vitórias na carreira da MotoGP (4 na Sprint e 9 na principal) mas, um fato curioso é que todas foram obtidas em etapas distintas, mostrando a capacidade de adaptação aos diferentes circuitos.

Bezzecchi disse que está próximo ao seu limite na moto. "Quando você se esforça demais, fica muito perto do limite. É uma linha muito tênue. É sempre muito difícil porque estamos sempre no limite com as motos de MotoGP." A ultrapassagem de Bezzecchi sobre Acosta, a qual lhe rendeu a vitória, poderia ter terminado em desastre para ambos os pilotos, já que se tocaram após ambos saírem dos limites da pista na Curva 11."Foi um episódio difícil. Naquela curva, o vento estava muito forte. Vi o Pedro [Acosta] abrir a trajetória e eu também abri um pouco. Tentei ultrapassá-lo na saída e, quando coloquei a cabeça sob a bolha, estava muito perto e o toquei", disse o italiano.

Seu companheiro de equipe, Jorge Martin, campeão de 2024 disse que tentou alcançá-lo mas teve que desistir pois começou a ter fortes dores no braço esquerdo. O verdadeiro motivo das dores não sabemos, mas o piloto, que venceu a Sprint de sábado, caiu a mais de 200km/h quando comemorava sua vitória empinando a moto. A roda dianteira ficou numa posição virada que ao tocar o solo provocou a queda. "Tentei pressionar o Marco até o fim, mas ele estava incrivelmente rápido. Ele está em um nível impressionante. "Martin acrescentou: "Eu estava me esforçando ao máximo, mas nas três últimas voltas tive que desistir porque meu braço esquerdo estava completamente destruído."

Pedro Acosta terminou as duas provas do final de semana em terceiro, mas foi desclassificado na Sprint pela pressão dos pneus fora dos limites permitidos. No domingo o piloto disse que não errou na curva em que foi ultrapassado por Jorge Martin. "Bem, para ser honesto, não foi um erro", disse Acosta ao MotoGP.com. "Eu estava exatamente na mesma situação de sábado, com baixa pressão no pneu dianteiro. Por isso, tive que deixar ele me passar e segui-lo" finalizou.

Ai Ogura, piloto da Trackhouse Aprilia, estava próximo do seu primeiro pódio na categoria em Austin. A seis voltas do final da prova, o japonês estava com o ritmo mais rápido da pista e aproximando-se rapidamente de Pedro Acosta, quando teve um problema mecânico e teve que abandonar a prova. O chefe de equipe, Davide Brivio disse: "Ai Ogura estava fazendo uma corrida fantástica! Ele fez a volta mais rápida, estava se recuperando da 10ª posição na largada e acho que poderíamos ter chegado ao pódio. Quero me desculpar com ele, era merecedor de um ótimo dia hoje em Austin, na corrida em casa do Trackhouse.".

Maximo Rivola, chefe da Aprilia, disse que teve um 'frio na espinha' quando Ogura parou, pois poderia ter acontecido com qualquer moto da fábrica. "Ogura teve um problema com a proteção do motor, então, em determinado momento, o motor entrou em modo de proteção."

A próxima etapa acontece em Jerez, na Espanha em vinte e quatro de abril.

Ipem-SP disponibiliza canal de atendimento exclusivo para taxistas

O Ipem-SP (Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo), autarquia do Governo do Estado, disponibiliza um canal de atendimento oficial no WhatsApp exclusivo para taxistas, visando atender às demandas da classe com uma comunicação personalizada, eficiente e em grande escala, fortalecendo a relação da autarquia com os cidadãos.

Com a implementação do novo canal de atendimento via WhatsApp, o Ipem-SP, vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania, que tem como objetivo promover a confiança nas relações de consumo, passa a oferecer um suporte mais ágil e direcionado aos profissionais que utilizam taxímetros, facilitando o esclarecimento de dúvidas, o envio de orientações e o acompanhamento de demandas relacionadas aos serviços metrológicos.

A iniciativa reforça o compromisso da autarquia em modernizar seus canais de comunicação e aprimorar o atendimento ao público, garantindo mais praticidade, transparência e eficiência no relacionamento com os taxistas em todo o estado de São Paulo.

O número do WhatsApp para taxímetros é (11) 2178-2163. Acesse a página do site do Ipem-SP destinada a taxímetros https://www.ipem.sp.gov.br/index.php/servicos/agendamento/taximetros.

Foto/Divulgação/Governo de SP

Ipem-*SP disponibiliza canal de atendimento exclusivo para taxistas*

Ipem-SP

O Ipem-SP é uma autarquia do Governo de São Paulo, vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania, e órgão delegado do Inmetro, que atua em apoio à Cidadania e ao Desenvolvimento Econômico. Fortalecendo o desenvolvimento, o diálogo, e a dignidade no estado de São Paulo, é reconhecido como ICT (Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação). A instituição promove a IQ (Infraestrutura da Qualidade) fornecendo suporte às empresas e apoio ao cidadão nas áreas da avaliação da conformidade, na metrologia, na vigilância de mercado e no atendimento às normas técnicas compulsórias.

Na vigilância de mercado, o Ipem-SP atua na fiscalização metrológica de instrumento de medição usados nas relações de consumo, como bombas medidoras de combustíveis, balanças e taxímetros, e das quantidades fornecidas de produtos embalados, inclusive, os que compõem a cesta básica, entre outros. Na vigilância da qualidade, são fiscalizados 540 tipos de produtos regulamentados, como brinquedos, materiais escolares, componentes automotivos, entre outros, assim como produtos têxteis, entre eles, roupas, itens de cama, mesa e banho.

A Ouvidoria do Ipem-SP está à disposição do cidadão para dúvidas ou denúncias, se houver desconfiança sobre práticas de comercialização, produtos ou serviços. Os canais de comunicação são o telefone 0800 013 05 22, de segunda a sexta, das 8h às 17h, o e-mail ouvidoria@ipem.sp.gov.br, e nossa página www.ipem.sp.gov.br (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Vice-presidente da mesa diretora, o vereador João Jorge (ex-PSDB no MDB do Ricardo Nunes) comemora a entrada do vice-governador Felício Ramuth no MDB. Isso pode aumentar muito as chances da eleição do Israel [filho do JJ] pra uma cadeira na ALESP

.

PREFEITURA (São Paulo)
Quem está sorrindo [da derrota do governador RS Eduardo Leite ex-PSDB] é o ex-prefeito João Dória [depois governador SP]. É que o ex-prefeito Kassab [dono do PSD] 'ungiu' Ronaldo Caiado [renuncia hoje ao governo de Goiás] pra disputar a presidência 2026

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Quando publicamos que a bancada do MDB na ALESP seguia no jogo pela reeleição do governador Tarcísio Freitas (Republicanos), era justamente pelas ações do hoje deputado federa [ex-deputado na ALESP] Baleia Rossi, tirando o vice-governador Hamuth do PSD

.

GOVERNO (São Paulo)
Levantamento não é pesquisa. Partindo deste princípio, até as definições de todos(as) os(as) vices das chapas na eleição 2026 [por reeleição de Tarcísio - Republicanos], tudo o que for projetado como "em 1º turno" ou "2º turno" terá bem maiores margens de erros

.

CONGRESSO (BRASIL)
União e PP [chamado de federação UP por 4 anos] passaram a ter [pode mudar até 4 abril 2026] 109 deputados e 14 senadores. Até que ponto isso dá musculatura pra candidatura presidencial [1ª vez foi em 1989] pro veteraníssimo Ronaldo Caiado é outra história

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Uma coisa foi a quase inacreditável candidatura 2022 do até então adversário tucano e ex-governador (SP) Alckmin (no PSDB) como vice do Lulismo [dono do PT a quem ele fazia graves acusações]. Outra coisa é estar no PSB e oferecer "pão com pão" pra 2026

.

PARTIDOS (Brasil)
PT [do presidente Lulista Edinho Silva] já colocou na mesa dos mercados políticos que começam a perder os valores [no 1º turno] os 'apoios' do MDB do ex-presidente Michel Temer e do PSD, do refundador e dono nacional, o ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab

.

HISTÓRIAS
Há 60 anos [31 março e 1º abril 1964] as Forças Armadas tomavam o poder [esvaziado desde a 'renúncia' do Jânio em 1961]. Os presidentes foram de um marechal e 4 generais. Em 2026, o capitão (EB) e ex-presidente Jair Bolsonaro segue condenado e preso domiciliar

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Jesus respondeu e disse-lhes: A minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou" **João 7:16**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agricolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Cate inicia semana com mais de 1.500 vagas de emprego e salários de até R$ 4,5 mil

O Cate - Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, da Prefeitura de São Paulo, está com mais de 1.500 vagas de emprego abertas nesta semana, com salários que chegam a R$ 4.580. As oportunidades abrangem áreas como comércio, serviços, construção civil, saúde e gastronomia.

Para participar do processo seletivo, os interessados devem se cadastrar no Portal Cate até quarta-feira, 1º de abril, ou comparecer a uma das unidades (fixas ou móveis). Para o atendimento presencial, é necessário apresentar RG, CPF e carteira de trabalho (física ou digital).

Entre os destaques da semana, há 529 vagas para auxiliar de limpeza, com salários entre R$ 1.102 e R$ 2.398, principalmente na zona sul. Também são oferecidas 200 oportunidades na área de gastronomia, com remuneração de até R$ 3 mil.

O Cate disponibiliza ainda 133 vagas para atendente, com salários de até R$ 2.357, e 40 vagas para agente de estação nas linhas azul e verde do Metrô, com salário de R$ 1.804 e benefícios — sem exigência de experiência.

Na área hospitalar, são 40 vagas para copeiros, com salário de R$ 1.904, sem necessidade de experiência. Já para motorista, há 20 vagas nas zonas leste e central, com salários entre R$ 2.008 e R$ 4.083.

Para quem busca o primeiro emprego, há 45 vagas de jovem aprendiz para auxiliar administrativo, com salário de R$ 884. É necessário estar cursando o ensino médio e ter disponibilidade para trabalhar em Santo Amaro, na Zona Sul.

Já na segunda-feira (30), aconteceu um processo seletivo no Cate Central, na Avenida Rio Branco, 252, com vagas para atendente de logística e auxiliar de logística. As oportunidades são para atuação na região da Vila Clementino, na zona sul, com salário de R$ 2.106 e benefícios. É necessário ter ensino médio completo e experiência comprovada em carteira.

No dia 6 de abril, o Cate Central recebe um novo processo seletivo com 79 vagas para auxiliar de limpeza na região central. Com salário de R$ 1.837 e bonificações, não é exigida experiência anterior, apenas ensino fundamental incompleto.

Ipem-SP orienta sobre os cuidados na compra de pescados e ovos de Páscoa

Com a chegada da Páscoa, período em que cresce o consumo de pescados e de produtos típicos como ovos de chocolate e colombas, a atenção ao peso e às informações dos produtos se torna fundamental para garantir compras seguras. A variedade de opções disponíveis no mercado pode atrair o consumidor, mas também exige cuidados para evitar prejuízos e riscos à saúde, principalmente quando há brindes destinados ao público infantil.

Diante disso, o Ipem-SP (Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo), autarquia do Governo do Estado, vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania, e órgão delegado do Inmetro, que tem como objetivo promover a confiança nas relações de consumo, dá dicas práticas para o consumidor identificar produtos irregulares e não errar na hora das compras.

Atenção à embalagem: Durante esse período, os consumidores encontram uma grande variedade de produtos, como peixes frescos, congelados, bacalhau, frutos do mar, além de ovos de chocolate, bombons e outros itens típicos. Em todos os casos, é fundamental estar atento às informações apresentadas nas embalagens e à forma correta de pesagem.

Indicação de peso: Em produtos pré-medidos, como ovos de chocolate, bombons, colombas e pescados embalados, o peso líquido — ou seja, o peso real do produto — deve estar claramente indicado na embalagem. Esse valor deve desconsiderar o peso da embalagem e de eventuais brindes. No caso dos ovos de Páscoa, é importante destacar que a numeração presente nas embalagens serve apenas como referência comercial e não garante que produtos com números maiores tenham, necessariamente, maior peso.

Ovos de chocolate com brindes: Quando houver brindes de brinquedo nos ovos de chocolate, o consumidor deve verificar se a embalagem contém a frase obrigatória: "Atenção: contém brinquedo certificado no âmbito do Sistema Brasileiro da Avaliação da Conformidade", além da indicação de faixa etária ou, se for o caso, uma frase que informe que não existe nenhuma restrição de idade. Também é importante evitar brinquedos com peças pequenas ou que possam representar risco de sufocamento. O selo do Inmetro indica que o item foi testado e atende aos padrões de segurança, não oferecendo riscos às crianças. Vale ressaltar que nem todos os brindes são classificados como brinquedos, como canecas e maletas.

Embalagens e riscos: Outro ponto de atenção são os acessórios e materiais utilizados nas embalagens, como arames, tiras metálicas, grampos ou barbantes, que podem representar risco de acidentes, especialmente com crianças pequenas. Caso ocorra algum incidente, o consumidor pode relatar o caso por meio do Sistema Inmetro de Monitoramento de Acidentes de Consumo (Sinmac).

De olho no peixe: Para pescados congelados, o consumidor deve observar a presença do glaceamento, uma fina camada de gelo utilizada para proteger o alimento. Essa camada não pode ser considerada no peso líquido do produto. Já nos casos de pescados vendidos em feiras, mercados ou peixarias, com pesagem no momento da compra, é fundamental acompanhar todo o processo. O produto deve ser pesado na presença do consumidor, e o peso exibido na balança deve corresponder apenas ao alimento, com o desconto da embalagem.

Se quer gelo, preste atenção: Caso o consumidor solicite que o peixe seja embalado com gelo para conservação, é importante garantir que a pesagem seja realizada antes da inclusão do gelo. O consumidor deve pagar apenas pelo peso do pescado.

Balanças regulamentadas: O Ipem-SP também reforça que as balanças utilizadas no comércio para qualquer atividade econômica devem obrigatoriamente ser de modelo aprovado pelo Inmetro, conforme a Portaria Inmetro nº 157/2022, e precisam passar por verificação periódica realizada pelo instituto anualmente ou sempre que houver manutenção ou reparo.

O consumidor deve ficar atento a alguns itens essenciais que indicam a regularidade da balança, como o Selo de Identificação do Inmetro, as inscrições em português, a Portaria de Aprovação do Modelo (PAM) e o lacre de verificação, geralmente na cor amarela. Balanças sem local para lacração, com inscrições em inglês ou sem selo podem ser irregulares, indicar origem ilícita e até sonegação fiscal.

Além disso, o equipamento deve estar instalado em local adequado, sobre superfície plana e nivelada, sem calços improvisados e em ambiente iluminado. A balança também precisa estar posicionada de forma que o consumidor possa acompanhar a pesagem e verificar o selo de instrumento verificado do Inmetro.

O Ipem-SP reforça: peso certo é direito de todos. Caso desconfie de alguma irregularidade, informe a Ouvidoria do Ipem-SP pelo telefone 0800 013 05 22, pelo e-mail ouvidoria@ipem.sp.gov.br ou pelo site www.ipem.sp.gov.br.

Orientação ao consumidor

O Ipem-SP disponibiliza para download a cartilha "Orientações ao Comerciante", que traz dicas aos pequenos e médios lojistas sobre como evitar autuações na comercialização de produtos de certificação obrigatória (que devem trazer selo do Inmetro), eletrodomésticos, itens embalados, peças têxteis e como proceder em relação a balanças utilizadas no comércio e demais instrumentos de medição.

Orientação ao comerciante

O Ipem-SP disponibiliza para download a cartilha "Orientações ao Comerciante", que traz dicas aos pequenos e médios lojistas sobre como evitar autuações na comercialização de produtos de certificação obrigatória (que devem trazer selo do Inmetro), eletrodomésticos, itens embalados, peças têxteis e como proceder em relação a balanças utilizadas no comércio e demais instrumentos de medição. Para o download do guia, acesse https://www.ipem.sp.gov.br/images/publicacoes/g_comerciante/guia_comerciante.pdf. Conheça as demais publicações da instituição de orientação, acesse https://www.ipem.sp.gov.br/index.php/cidadao/publicacoes.

A Ouvidoria do Ipem-SP está à disposição do cidadão para dúvidas ou denúncias, se houver desconfiança sobre práticas de comercialização, produtos ou serviços. Os canais de comunicação são o telefone 0800 013 05 22, de segunda a sexta, das 8h às 17h, o e-mail ouvidoria@ipem.sp.gov.br, e nossa página www.ipem.sp.gov.br (Governo de SP)

Atividades de apoio à empregabilidade e empreendedorismo da Prefeitura estão suspensos na Sexta-Feira Santa

Os serviços da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho estarão suspensos na próxima sexta-feira (3), em razão do feriado da Paixão de Cristo. As atividades de apoio à empregabilidade, empreendedorismo e agricultura no município retornam na segunda-feira (6).

Os Cates – Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, a rede de coworkings TEIA e as CAEs – Casas de Agricultura Ecológica estão entre os equipamentos sem expediente. Também estarão fechados os Centros POT – Programa Operação Trabalho e os postos de atendimento da Ade Sampa – Agência São Paulo de Desenvolvimento.

Durante o período, os munícipes terão acesso ao Portal Cate, plataforma on-line da Prefeitura que reúne serviços oferecidos nas unidades presenciais do Cate. O site reúne mais de 300 cursos nas áreas com maior demanda no mercado de trabalho paulistano, vagas de emprego e dicas sobre geração de renda e apoio ao empreendedorismo.

Foi prorrogada para 22 de abril as inscrições do Concurso Mãos e Mentes – Identidade Paulistana de Artesanato. A iniciativa premia peças de artesãos e manualistas credenciados ao programa por produções autorais que representem a capital paulista. Nesta 3ª edição, serão 20 selecionados que receberão até R$ 5 mil. (Governo de SP)

Mercado eleva previsão da inflação para 4,31% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 4,17% para 4,31% este ano.

A estimativa está no Boletim Focus da segunda-feira (30), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Em meio às tensões em torno da guerra no Oriente Médio, pela terceira semana seguida a previsão para a inflação deste ano foi elevada, mas ainda se mantém dentro do intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em fevereiro, a alta dos preços em transportes e educação fez a inflação oficial do mês fechar em 0,7%, uma aceleração diante do registrado em janeiro, 0,33%.

No entanto, o acumulado em 12 meses recuou para 3,81%, abaixo dos 4% pela primeira vez desde maio de 2024.

Para 2027, a projeção da inflação subiu de 3,8% para 3,84%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,57% e 3,5%, respectivamente.

Taxa Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 14,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

Na reunião da semana passada, por unanimidade, o colegiado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual.

Antes da escalada do conflito no Irã, a expectativa predominante era de um corte de 0,5 ponto.

Em 15% ao ano, a Selic estava no maior nível desde julho de 2006, fixada em 15,25% ao ano.

De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Após esse período prolongado de manutenção da taxa, havia indicação de início de um ciclo de redução, entretanto, diante das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio, o BC não descarta rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

O próximo encontro do Copom para definir a Selic será em abril.

Nesta edição do Focus, a estimativa dos analistas de mercado para a taxa básica até o fim de 2026 permaneceu em 12,5% ao ano.

Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa deve chegar a 9,75% ao ano.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida, o que causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando a Taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, diminuindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio

Nesta edição do boletim do Banco Central, a estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano passou de 1,84% para 1,85%.

Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) ficou em 1,8%.

Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

Em 2025, a economia brasileira cresceu 2,3%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com expansão em todos os setores e destaque para a agropecuária, o resultado representa o quinto ano seguido de crescimento.

No Focus desta semana, a previsão da cotação do dólar está em R$ 5,40 para o fim deste ano. No fim de 2027, estima-se que a moeda norte-americana fique em R$ 5,45. (Agência Brasil)

Petróleo pressiona e "inflação do aluguel" da FGV fecha março em 0,52%

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), também conhecido como "inflação do aluguel", sentiu a pressão de produtos agropecuários e derivados do petróleo e fechou o mês de março em 0,52%, o que representa uma reversão em relação ao 0,73% de fevereiro.

Com o resultado conhecido nesta segunda-feira (30), o IGP-M acumula deflação de 1,83% em 12 meses, ou seja, na média, os preços recuaram. Os dados são do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Nos últimos 12 meses, metade dos resultados foram positivos e metade negativos. Em março de 2025, havia ficado em -0,34%.

Atacado

A FGV leva em conta três componentes para apurar o IGP-M. O de maior peso é o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a inflação sentida pelos produtores e responde por 60% do IGP-M cheio.

Em março, o IPA apresentou alta de 0,61%. O economista do Ibre Matheus Dias explica que a pressão de alta de preços no IPA veio da agropecuária, com destaque para as contribuições de bovinos, ovos, leite, feijão e milho.

No caso dos ovos, o aumento no mês foi 16,95%, depois de já ter subido 14,16% em fevereiro. O feijão encareceu 20,91% em março, seguindo a alta de 13,77% em fevereiro.

O economista acrescenta que o cenário externo levou reflexos para o IGP-M.

"O agravamento do cenário geopolítico no Oriente Médio já se reflete nos preços de derivados de petróleo, indicando a disseminação dessas pressões para outros segmentos", aponta.

Ele detalha que o subgrupo produtos derivados do petróleo subiu 1,16% em março, contra deflação de 4,63% em fevereiro, "sinalizando mudança no sinal da variação e possível reversão da trajetória recente". Dias pondera que, em 12 meses, esse subgrupo apresenta patamar "bastante baixo", de -14,13%.

A guerra no Oriente Médio foi desencadeada em 28 de fevereiro, com ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã.

A região concentra países produtores de petróleo e rotas estratégicas, como o Estreito de Ormuz % por onde passam 20% da produção mundial %, o que levou distorções à cadeia de petróleo e escalada de preços no mercado global.

Mais componentes

Outro componente do IGP-M é o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que responde por 30% do indicador. Em março, o IPC subiu 0,30%.

Na cesta de consumo das famílias, o preço que mais pressionou os custos em março foi o da gasolina, com expansão de 1,12%.

O terceiro componente medido pela FGV é o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), que subiu 0,36% no mês.

Por que inflação do aluguel

O IGP-M é conhecido como inflação do aluguel porque o acumulado de 12 meses costuma ser base para cálculo de reajuste anual de contratos imobiliários. Além disso, o indexador é utilizado para reajustar algumas tarifas públicas e serviços essenciais.

No entanto, o IGP-M acumulado negativo não é certeza de que os aluguéis serão reajustados para baixo. Isso acontece porque alguns contratos incluem a expressão "reajuste conforme variação positiva do IGP-M", o que faz, na prática, que só haja reajuste se o índice for positivo.

A FGV faz a coleta de preços em Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. O período de levantamento do IGP-M foi 21 de fevereiro a 20 de março. (Agência Brasil)

Galípolo: Brasil está mais preparado para volatilidade do petróleo

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, avaliou na segunda-feira (30) que o Brasil está em uma posição mais favorável que outros países para encarar a volatilidade do preço do petróleo causada pela guerra no Oriente Médio. O executivo participou do J. Safra Macro Day, realizado nesta manhã na capital paulista.

"É lógico que todo mundo preferia estar em uma situação sem todos esses potenciais riscos e choques que o mundo vem sofrendo nos últimos anos. Mas, quando eu comparo relativamente aos seus pares, o Brasil parece estar numa posição relativamente mais favorável", disse.

Galípolo afirmou que essa vantagem se deve ao fato de o Brasil exportar mais petróleo do que importar e à política monetária contracionista adotada pelo Banco Central, que mantém a taxa Selic em 14,75% ao ano.

"Comparativamente a outros bancos centrais, que estão mais próximos de uma taxa de juros neutra, acho que isso também nos coloca em uma posição mais favorável quando comparado com seus pares", destacou Galípolo.

Para ele, o atual nível de juros elevados no Brasil criou "uma gordura" que vai possibilitar cortar a taxa básica mesmo durante a pressão da guerra no Oriente Médio.

"Essa gordura que foi acumulada com uma posição mais conservadora ao longo das últimas reuniões do Copom nos permitiu, mesmo diante de novos fatos, não alterar a conjuntura como um todo", disse. "Então, a gente decidiu seguir com a nossa trajetória e iniciar o ciclo de calibragem da política monetária".

Para ele, todos esses fatores apontam que o país atualmente é "mais um transatlântico do que um jet ski".

"Não vamos fazer movimentos bruscos nem extremados. Por isso, no RPM [relatório de política monetária], tomei o cuidado de dizer que a gordura permitiu ganhar tempo para ver, entender e aprender mais", disse a autoridade monetária.

Segundo Galípolo, essa volatilidade do preço do petróleo no cenário internacional deverá implicar um aumento da inflação no país e também em uma desaceleração da economia brasileira em 2026.

O presidente do Banco Central disse que, no Brasil, o aumento do preço do petróleo muitas vezes significou um impacto positivo no Produto Interno Bruto (PIB), o que não deve se concretizar nesse caso.

"Essa me parece ser uma elevação do preço do petróleo de natureza bastante distinta do passado. Ela não decorre de um ciclo de demanda, não decorre de uma elevação na demanda e, sim, de um choque de oferta".

"Então, no Banco Central, temos uma visão de que provavelmente é inflação para cima e crescimento para baixo", projetou Galípolo. (Agência Brasil)

Feriado de Páscoa: bancos não abrirão na sexta-feira (3)

As agências bancárias de todo o país não abrirão para atendimento presencial ao público nesta Sexta-feira Santa (3). Devido ao feriado nacional, as compensações bancárias, incluindo a TED (Transferência Eletrônica Disponível), não serão efetivadas nessa data. Na quinta-feira, véspera do feriado, os bancos funcionarão normalmente.

Mesmo com o feriado, o PIX funcionará normalmente. Já os boletos de cobrança e contas de consumo (água, energia, telefone, entre outros) com vencimento nos dias em que não há compensação bancária poderão ser pagos, sem acréscimo, no próximo dia útil.

Por outro lado, o pagamento de tributos e impostos que vencem nos dias em que não há compensação bancária deve ser antecipado a fim de evitar a cobrança de juros e multas.

Internet banking, mobile banking e caixas eletrônicos podem ser utilizados para pagamento de contas, checagem de saldo e extrato e transferências, entre outros serviços. Boletos bancários de clientes cadastrados como sacados eletrônicos podem ser pagos via DDA.

O diretor de Serviços e Segurança da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Raphael Mielle, destaca que as plataformas digitais dos bancos oferecem segurança nas operações e automatizam processos financeiros.

"Com funcionalidades intuitivas e disponíveis 24 horas por dia, o cliente tem autonomia para gerenciar sua vida financeira de forma eficiente, segura e conveniente", afirma Mielle.

Também não haverá atendimento bancário presencial no próximo dia 21, feriado de Tiradentes. Na véspera (20), as agências funcionarão normalmente nas localidades onde não houver feriado estadual ou municipal ou ponto facultativo. (Agência Brasil)

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo

PLANO SAFRA 2026/2027

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) começou, a ouvir produtores rurais das cinco regiões do país para construir as propostas do setor para o Plano Agrícola e Pecuário do ciclo 2026/2027. Os encontros vão reunir entidades, representantes de sindicatos rurais, Federações estaduais de agricultura e pecuária, produtores e especialistas sob a coordenação da Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA.

LEI DO TRABALHO RURAL

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado aprovou, o relatório do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) ao Projeto de Lei 4.812/2025, de autoria da senadora Margareth Buzetti (PP-MT), que estabelece um novo marco legal para o trabalho rural no país. A proposta, entre outros pontos, revoga a legislação vigente desde 1973 e consolida, em um único texto, normas hoje dispersas sobre as relações de trabalho no campo. O projeto tem 221 artigos e trata de temas como contratos, jornada, saúde e segurança, negociação coletiva e fiscalização.

PLATAFORMA TRIGO NO BRASIL

A Embrapa lançou a plataforma digital Trigo no Brasil, que retrata a cadeia produtiva do cereal em dados e mapas. Suas informações abrangem desde a produção no campo e a importação até o processamento nas indústrias e a exportação. O site traz ainda uma estimativa inédita da proporção de sistemas de produção irrigados ou de sequeiro na triticultura do Brasil Central, região para onde o cultivo tem se expandido nos últimos anos.

FAESP/SENAR-SP E APEXBRASIL

O Sistema Faesp/Senar-SP deu mais um passo estratégico na ampliação de parcerias institucionais ao realizar uma reunião com representantes da ApexBrasil. O encontro marcou o início de um diálogo voltado ao fortalecimento do relacionamento entre as duas entidades, com foco na geração de oportunidades para o agro paulista.

MERCADO DE FRUTAS

A atual conjuntura geopolítica global, além do início do acordo Mercosul-União Europeia agora em maio trazem novas oportunidades para as exportações brasileiras de frutas, disseram especialistas, entre os quais o presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), Guilherme Coelho; e o doutor em Economia e coordenador do Mestrado em Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Felipe Serigatti, durante a Fruit Attraction São Paulo 2026.

REFEIÇÕES DE PRIMAVERA

Nos Estados Unidos as festas de primavera reúnem famílias e amigos para o presunto da Páscoa, o peito bovino da Páscoa judaica e os pratos de brunch à base de ovos do Dia das Mães. À medida que os consumidores em toda a América preparam essas refeições tradicionais para grandes encontros, seguir práticas básicas de segurança alimentar pode ajudar a reduzir o risco de doenças transmitidas por alimentos.

ANO INTERNACIONAL DA MULHER AGRICULTORA

O Ano Internacional da Mulher Agricultora (2026) , proclamado pelas Nações Unidas, centra-se no papel essencial, embora muitas vezes ignorado, que as mulheres desempenham nos sistemas agroalimentares, desde a produção até ao comércio. Na Sala de Imprensa da FAO, foi discutida por que as mulheres agricultoras são essenciais para a segurança alimentar global.

CAFÉ/CEPEA

O atual conflito no Oriente Médio tem impactado diretamente os mercados interno e externo de derivados de petróleo, o que, segundo pesquisadores do Cepea, pode elevar os custos de produção da cafeicultura brasileira nos próximos meses. Embora os fertilizantes liderem os aumentos de custo nos tratos culturais, a maior preocupação do setor hoje é a valorização do diesel, sobretudo com a proximidade da colheita da safra 2026/27. De acordo com pesquisadores do Cepea, como atualmente tem aumentado o percentual de lavouras colhidas com máquinas no Brasil, e toda a operação envolve diversas atividades com tratores, a alta no combustível tende a ser sentida mais rapidamente no campo. (Com informações de assessorias)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

AGRO CARTOON PICAZO

Juros do cartão de crédito pesam mais para famílias em fevereiro

A taxa média de juros cobrada pelos bancos subiu para as famílias em fevereiro, com o cartão de crédito rotativo pesando mais no bolso. De acordo com as Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas na segunda-feira (30) pelo Banco Central (BC), a taxa média das concessões de crédito livre para pessoas físicas teve alta de 1 ponto percentual (p.p.) no mês e de 5,4 p.p. em 12 meses, chegando a 62% ao ano.

O destaque em fevereiro foi o avanço de 11,4 p.p. na taxa do cartão de crédito rotativo, chegando a 435,9% ao ano. A modalidade é uma das mais altas do mercado.

Mesmo com a limitação de cobrança dos juros do rotativo - em vigor desde janeiro de 2024 - os juros seguem variando sem uma queda expressiva ao longo dos meses. Isso porque a medida visa reduzir o endividamento, mas não afeta a taxa de juros pactuada no momento da contratação do crédito.

Nos 12 meses encerrados em fevereiro, os juros do cartão de crédito rotativo tiveram recuo de 16,7 p.p. para as famílias. O crédito rotativo dura 30 dias e é tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão de crédito. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito. Neste caso do cartão parcelado, os juros subiram 5,3 p.p. no mês e 16,9 p.p. pp em 12 meses, indo para 200,2% ao ano.

No caso das operações com empresas, os juros médios nas novas contratações de crédito livre recuaram 0,1 p.p. no mês e subiram 1,1 p.p. em 12 meses, alcançando 24,9%. Destaca-se, nesse cenário, a redução mensal de 3,1 p.p. e de 1,8 p.p. em 12 meses na taxa média de juros das operações de capital de giro com prazo até 365 dias, que chegou a 22,5% ao ano.

Foi determinante para esse resultado, a redução da taxa média de juros do capital de giro com prazo inferior a 365 dias (-3,1%).

No crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado - com regras definidas pelo governo - é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa para pessoas físicas ficou em 10,8% ao ano em fevereiro, com redução de 0,3 p.p. em relação a janeiro e aumento de 0,3 p.p. em 12 meses. Para empresas, a taxa subiu 0,2 p.p. no mês e 1,1 p.p. em 12 meses, indo para 13,2% ao ano.

Com isso, considerando recursos livres e direcionados, para famílias e empresas, a taxa média de juros das concessões em fevereiro aumentou 0,3 p.p. no mês e 2,6 p.p. em 12 meses, atingindo 33% ao ano.

Como esperado, a alta dos juros bancários acompanha o ciclo de elevação da taxa básica de juros da economia, a Selic, definida em 14,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. A Selic é o principal instrumento usado pelo Banco Central para manter a inflação sob controle.

De setembro de 2024 a junho de 2025, a Selic foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas cinco reuniões seguintes do Copom. Após esse período prolongado de manutenção da taxa em 15% ao ano, havia indicação de início de um ciclo de redução e a Selic foi reduzida em 0,25 p.p. na última reunião, neste mês.

Entretanto, diante das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio, o BC não descarta rever o ciclo de baixa, caso seja necessário. O próximo encontro do Copom para definir a Selic será em abril.

Ao aumentar a taxa, o BC visa esfriar a demanda e conter a inflação, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, fazendo com que as pessoas consumam menos e os preços caiam.

Assim como os juros, o spread bancário apresentou alta de 0,5 p.p. no mês e 2,8 p.p. em 12 meses. Ele mede a diferença entre o custo de captação dos recursos pelos bancos e as taxas médias cobradas dos clientes. O spread é uma margem que cobre custos operacionais, riscos de inadimplência, impostos e outros gastos e resulta, assim, no lucro dos bancos.

Em fevereiro, as concessões de crédito chegaram a R$ 602,3 bilhões. Nas séries sazonalmente ajustadas, elas recuaram 0,5% no mês, com redução de 1,9% nas operações com pessoas jurídicas e expansão de 0,3% com as famílias.

Em 12 meses, as concessões nominais cresceram 8,2%, com altas de 8,1% nas operações com empresas e de 8,3% com pessoa física.

Com isso, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em R$ 7,145 trilhões, um crescimento de 0,4% em relação a janeiro. Esse resultado decorreu da expansão de 0,6% na carteira de crédito para famílias e estabilidade no crédito às empresas, cujos saldos fecharam o mês em R$ 4,491 trilhões e R$ 2,653 trilhões, na mesma ordem.

O crédito ampliado ao setor não financeiro - que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos, independentemente da fonte (bancário, mercado de títulos ou dívida externa) - alcançou R$ 21,043 trilhões, com aumento de 1,1% no mês, refletindo principalmente o acréscimo de 2% nos títulos públicos e privados de dívida.

Em 12 meses, o crédito ampliado cresceu 11,8%, com avanços nos títulos públicos de dívida (17,2%), nos empréstimos do SFN (9,5%) e nos títulos privados de dívida (18,5%).

Segundo o Banco Central, a inadimplência - atrasos acima de 90 dias – subiu 0,2 p.p. no mês e 1 p.p. em 12 meses, registrando 4,3% em fevereiro, sendo 5,2% nas operações com pessoas físicas e 2,6% com pessoas jurídicas.

O endividamento das famílias - relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses - ficou em 49,7% em janeiro, com estabilidade no mês e aumento de 1,1% em 12 meses. Com a exclusão do financiamento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, o endividamento ficou em 31,3% no primeiro mês do ano.

Já o comprometimento da renda - relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período - ficou em 29,3% em janeiro, aumento de 0,1% na passagem do mês e 1,6% em 12 meses.

O endividamento e comprometimento de renda são indicadores apresentados com uma defasagem maior de tempo, pois o Banco Central usa dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

Aguassanta Participações S.A. - CNPJ: 07.198.897/0001-59

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos a Vossas Senhorias, as Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	39.649	429	27.410.479	16.910.241
Caixa restrito	–	–	45.781	28.006
Títulos e valores mobiliários	22.344	–	2.610.755	3.353.834
Contas a receber de clientes	–	1.407	3.520.278	3.731.772
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	310.981	905.341
Recebíveis de partes relacionadas	–	–	214.300	426.370
Estoques	–	–	1.969.258	2.072.905
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.787	326	1.170.409	796.130
Outros tributos a recuperar	66.777	104.398	1.089.658	990.534
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	–	–	35.410	153.548
Ativos financeiros setoriais	–	–	338.332	221.947
Outros ativos financeiros	–	–	612	1.265
Outros ativos	5.228	1.915	1.084.648	679.885
	137.785	**108.475**	**39.800.901**	**30.271.778**
Ativos circulantes mantidos para venda	–	–	652.168	978.788
Ativo circulante	**137.785**	**108.475**	**40.453.069**	**31.250.566**
Caixa restrito	–	–	182.987	146.297
Contas a receber de clientes	–	–	148.885	265.370
Títulos e valores mobiliários	–	–	404.182	113.360
Recebíveis de partes relacionadas	583.464	391.093	705.198	881.850
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.684	2.684	198.505	266.992
Outros tributos a recuperar	–	–	1.815.830	1.334.553
Depósitos judiciais	56.425	52.648	1.129.407	1.110.424
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	1.956.127	2.893.987
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	3.703.864	4.495.296
Ativos financeiros setoriais	–	–	390.622	509.695
Outros ativos financeiros	–	–	5.193	3.820
Outros ativos	2.065	2.065	921.772	741.452
	644.638	**448.490**	**11.562.572**	**12.763.096**
Investimentos	1.130.307	4.721.288	1.721.308	10.678.567
Investimentos em controladas em conjunto	–	–	60.356	10.545.044
Imobilizado	–	–	26.795.725	23.019.016
Intangível e ágio	–	–	26.706.626	26.330.785
Ativos de contrato	–	–	1.044.613	1.114.831
Direito de uso	–	–	9.662.929	9.958.751
Propriedades para investimentos	–	–	18.221.781	16.818.919
Ativo não circulante	**1.774.945**	**5.169.778**	**95.775.910**	**111.229.009**
Total do ativo	**1.912.730**	**5.278.253**	**136.228.979**	**142.479.575**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos				
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	–	–	4.018.442	4.726.159
Passivos de arrendamentos	–	–	982.991	1.007.532
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	1.909.404	2.504.117
Fornecedores	838	198	4.079.349	5.168.817
Pagáveis a partes relacionadas	849	849	350.827	417.259
Ordenados e salários a pagar	–	–	771.618	794.906
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	153.310	414.823
Outros tributos a pagar	74	68	525.281	638.044
Passivos setoriais	–	–	96.719	64.718
Concessões a pagar	–	–	189.076	166.273
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.080	32.914	246.565	129.636
Redução de capital a pagar	–	–	–	486.285
Outros passivos financeiros	–	–	1.096.884	770.103
Outras contas a pagar	6	6	1.192.405	927.939
	21.847	**34.035**	**15.612.871**	**18.216.611**
Passivos não circulantes disponíveis para venda	–	–	86.138	86.138
Passivo circulante	**21.847**	**34.035**	**15.699.009**	**18.302.749**
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	826.525	65.000	61.338.018	62.117.277
Passivos de arrendamentos	–	–	5.429.809	5.502.220
Obrigação de recompra de ações de controlada	–	–	3.844.648	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	771.265	966.087
Fornecedores	–	–	18.991	19.256
Outros tributos a pagar	33	95	176.733	255.339
Ordenados e salários a pagar	–	–	23.406	19.101
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.503	22.503	6.147.724	5.996.009
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	78.872	–
Concessões a pagar	–	–	3.799.169	3.554.917
Benefício pós-emprego	–	–	536.426	526.620
Pagáveis a partes relacionadas	77.205	557.452	44.757	38.715
Passivos setoriais	–	–	2.168.542	1.975.521
Outros passivos financeiros	–	–	2.804.606	297.736
Receitas diferidas	–	–	14.355	16.589
Provisão para demandas judiciais	16.210	15.194	2.074.332	2.060.876
Outras contas a pagar	–	–	399.799	749.921
Passivo não circulante	**942.476**	**660.244**	**89.671.452**	**84.096.184**
Total do passivo	**964.323**	**694.279**	**105.370.461**	**102.398.933**
Patrimônio líquido				
Capital social	7.106.839	7.106.839	7.106.839	7.106.839
Reservas de capital	(90.740)	909.145	(90.740)	909.145
Reservas de lucros	–	18.648	–	18.648
Ajuste de avaliação patrimonial	(229.828)	(190.736)	(229.828)	(190.736)
Prejuízos acumulados	(5.837.864)	(3.259.922)	(5.837.864)	(3.259.922)
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores	948.407	4.583.974	948.407	4.583.974
Acionistas não controladores	–	–	29.910.111	35.496.668
Total do patrimônio líquido	**948.407**	**4.583.974**	**30.858.518**	**40.080.642**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.912.730**	**5.278.253**	**136.228.979**	**142.479.575**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais - R$)*

		Reserva de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reservas estatutárias	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízo acumulados	Patrimônio de controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.721.094	1.003.657	18.648	225.699	385.745	(406.589)	–	7.948.254	43.464.672	51.412.926
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	(3.468.677)	(3.468.677)	(4.788.682)	(8.257.359)
Outros resultados abrangentes:										
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	–	–	–	–	–	33.218	–	33.218	–	33.218
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa de investidas	–	–	–	–	–	(108.867)	–	(108.867)	(285.053)	(393.920)
Ajuste de conversão de moeda em investidas	–	–	–	–	–	291.502	–	291.502	–	291.502
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	370.071	370.071
Ganhos (perdas) atuariais com plano de benefício definido, líquidos dos impostos	–	–	–	–	–	–	–	–	75.750	75.750
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	–	–	–	–	–	**215.853**	**(3.468.677)**	**(3.252.824)**	**(4.627.914)**	**(7.880.738)**
Transações com os acionistas										
Contribuição e distribuições para os acionistas										
Aumento de Capital	385.745	–	–	–	(385.745)	–	–	–	–	–
Recurso proveniente de aumento e redução de capital em subsidiária	–	–	–	–	–	–	–	–	(673.261)	(673.261)
Absorção de prejuízo	–	–	–	(206.507)	–	–	206.507	–	–	–
Ações próprias adquiridas	–	–	–	–	–	–	–	–	(122.393)	(122.393)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(19.192)	(19.192)	–	(19.192)
Combinação de negócios	–	–	–	–	–	–	–	–	574.598	574.598
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	684	684
Opções outorgadas reconhecidas de investidas	–	10.915	–	–	–	–	–	10.915	–	10.915
Efeitos reflexos de ações em tesouraria de investidas	–	(77.603)	–	–	–	–	–	(77.603)	–	(77.603)
Plano de remuneração dos empregados - valor dos serviços dos empregados	–	–	–	–	–	–	–	–	23.479	23.479
Reflexo de ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	–	2.248	2.248	–	2.248
Reflexo de compra de ações em tesouraria de investidas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Alienação de ativos mantidos para venda	–	–	–	–	–	–	–	–	(372.030)	(372.030)
Dividendos e destinação dos resultados	–	–	–	(19.192)	–	–	19.192	–	(2.745.993)	(2.745.993)
Pagamento baseado em ações	–	–	–	–	–	–	–	–	(43.014)	(43.014)
Total de contribuições e distribuições de e para os acionistas	**385.745**	**(66.688)**	–	**(225.699)**	**(385.745)**	–	**208.755**	**(83.632)**	**(3.357.930)**	**(3.441.562)**
Transações com os acionistas										
Transação de capital reflexo de investidas	–	(27.824)	–	–	–	–	–	(27.824)	–	(27.824)
Mudança de participação em subsidiária	–	–	–	–	–	–	–	–	17.840	17.840
Total de transações com os acionistas	–	**(27.824)**	–	–	–	–	–	**(27.824)**	**17.840**	**(9.984)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**7.106.839**	**909.145**	**18.648**	–	–	**(190.736)**	**(3.259.922)**	**4.583.974**	**35.496.668**	**40.080.642**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	(2.596.590)	(2.596.590)	(7.579.424)	(10.174.014)
Outros resultados abrangentes:										
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	–	–	–	–	–	(19.448)	–	(19.448)	17.195	(2.253)
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa de investidas	–	–	–	–	–	71.749	–	71.749	90.985	162.734
Ajuste de conversão de moeda em investidas	–	–	–	–	–	(91.393)	–	(91.393)	(24.952)	(116.345)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	(9.191)	(9.191)
Ganhos (perdas) atuariais com plano de benefício definido, líquidos dos impostos	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.186)	(2.186)
Ganho na mensuração de instrumento financeiro derivativo	–	–	–	–	–	–	–	–	(41.577)	(41.577)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	–	–	–	–	–	**(39.092)**	–	**(39.092)**	**30.274**	**(8.818)**
Transações com os acionistas										
Contribuição e distribuições para os acionistas										
Aporte de Capital	–	–	–	–	–	–	–	–	4.775.240	4.775.240
Constituição da companhia	–	–	–	–	–	–	–	–	4	4
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	17.927	17.927
Ágio na subscrição de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	6.482.069	6.482.069
Redução de capital em controlada	–	–	–	–	–	–	–	–	(11.215)	(11.215)
Ações próprias adquiridas	–	–	–	–	–	–	–	–	(15.819)	(15.819)
Dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.831.692)	(2.831.692)
Opções outorgadas reconhecidas de investidas	–	10.497	–	–	–	–	–	10.497	–	10.497
Efeitos reflexos de ações em tesouraria de investidas	–	(3.448)	–	–	–	–	–	(3.448)	5.165	1.717
Plano de remuneração dos empregados - valor dos serviços dos empregados	–	–	–	–	–	–	–	–	24.079	24.079
Absorção de prejuízo	–	–	(18.648)	–	–	–	18.648	–	–	–
Transação de capital	–	536.384	–	–	–	–	–	536.384	(1.101.596)	(565.212)
Transação de capital reflexo de investidas	–	(1.488.254)	–	–	–	–	–	(1.488.254)	(1.683.033)	(3.171.287)
Pagamento baseado em ações	–	–	–	–	–	–	–	–	22.613	22.613
Total de contribuições e distribuições de e para os acionistas	–	**(944.821)**	**(18.648)**	–	–	–	**18.648**	**(944.821)**	**5.683.742**	**4.738.921**
Transações com os acionistas										
Efeito proveniente de aumento de capital em controlada	–	–	–	–	–	–	–	–	63.685	63.685
Outras reservas de capital de investidas	–	(55.064)	–	–	–	–	–	(55.064)	(87.061)	(142.125)
Mudança de participação em controlada	–	–	–	–	–	–	–	–	(3.697.773)	(3.697.773)
Total de transações com os acionistas	–	**(55.064)**	–	–	–	–	–	**(55.064)**	**(3.721.149)**	**(3.776.213)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**7.106.839**	**(90.740)**	–	–	–	**(229.828)**	**(5.837.864)**	**948.407**	**29.910.111**	**30.858.518**

Demonstrações consolidadas dos resultados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	–	–	40.418.596	43.950.742
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	–	–	(27.242.987)	(30.236.051)
Resultado bruto	–	–	**13.175.609**	**13.714.681**
Despesas com vendas	–	(69)	(1.850.143)	(1.575.959)
Despesas gerais e administrativas	(3.574)	(2.439)	(2.533.276)	(2.847.609)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(109)	(23.729)	3.161.953	1.526.151
Provisão para baixa e por redução ao valor recuperável	–	–	(1.493.752)	(3.155.399)
Despesas operacionais	**(3.683)**	**(26.237)**	**(2.715.218)**	**(6.052.816)**
(Prejuízo) Lucro antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro e impostos	**(3.683)**	**(26.237)**	**10.460.391**	**7.661.865**
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	–	–	–	(4.672.396)
Equivalência patrimonial em controladas	(2.635.197)	(3.339.832)	219.922	1.719.031
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	–	–	(10.884.023)	(1.229.980)
Resultado de equivalência patrimonial	**(2.635.197)**	**(3.339.832)**	**(10.665.101)**	**(4.183.345)**
Despesas financeiras	(26.273)	(21.010)	(8.983.997)	(7.659.244)
Receitas financeiras	18.110	13.339	3.603.510	2.697.055
Variação cambial líquida	50.453	(94.937)	2.434.774	(5.843.892)
Derivativos	–	–	(4.822.475)	1.986.849
Resultado financeiro líquido	**42.290**	**(102.608)**	**(7.768.188)**	**(8.819.232)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(2.596.590)**	**(3.468.677)**	**(7.972.898)**	**(5.340.712)**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	–	–	(1.286.327)	(1.952.203)
Diferido	–	–	(916.789)	(1.238.319)
	–	–	**(2.203.116)**	**(3.190.522)**
Resultado do exercício das operações em continuidade	**(2.596.590)**	**(3.468.677)**	**(10.176.014)**	**(8.531.234)**
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	–	–	–	273.875
Resultado líquido do exercício	**(2.596.590)**	**(3.468.677)**	**(10.176.014)**	**(8.257.359)**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	(2.596.590)	(3.468.677)	(2.596.590)	(3.468.677)
Acionistas não controladores	–	–	(7.579.424)	(4.788.682)
	(2.596.590)	**(3.468.677)**	**(10.176.014)**	**(8.257.359)**

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	**(2.596.590)**	**(3.468.677)**	**(10.176.014)**	**(8.257.359)**
Outros resultados abrangentes				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(91.393)	291.502	(125.536)	661.573
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	71.749	(108.867)	162.734	(393.920)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	(19.448)	33.218	(2.253)	33.218
Itens que não podem ser subsequentemente reclassificados para resultado				
Ganho (perdas) atuariais com plano de benefício definido	–	–	(2.186)	75.750
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	**(39.092)**	**215.853**	**(8.818)**	**376.621**
Resultado abrangente das operações continuadas	(2.635.682)	(3.252.824)	(10.184.832)	(8.154.613)
Resultado abrangentes das operações descontinuadas	–	–	–	273.875
Resultado abrangente do exercício	**(2.635.682)**	**(3.252.824)**	**(10.184.832)**	**(7.880.738)**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(2.635.682)	(3.252.824)	(2.635.682)	(3.252.824)
Acionistas não controladores	–	–	(7.549.150)	(4.627.914)
	(2.635.682)	**(3.252.824)**	**(10.184.832)**	**(7.880.738)**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido exercício	(2.596.590)	(3.468.677)	(10.176.014)	(8.257.359)
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	–	–	3.890.832	3.868.583
Provisão para baixa e por redução ao valor recuperável	–	–	1.493.752	3.155.400
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	–	–	–	4.672.396
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	2.635.196	3.339.832	10.885.023	(1.719.031)
Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	–	–	(219.922)	1.229.980
Perda (ganho) nas alienações de ativo imobilizado e intangível	–	–	99.324	(141.863)
Transações com pagamento baseado em ações	–	–	71.725	65.901
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	–	–	(1.441.276)	(1.273.033)
Provisão para demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	(21)	(87)	333.638	313.764
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos	(30.410)	102.676	9.758.739	10.280.850
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	–	–	116.465	(37.061)
Provisão de bônus e participação no resultado	–	–	465.482	454.930
Provisão para perdas de crédito esperadas	–	–	44.478	52.839
Resultado na venda de Investimentos	–	(172)	(32.375)	383.033
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	–	2.203.116	3.190.521
Receita com sinistro de seguros	–	–	(940.596)	–
Receita com dividendos de investimento financeiro	–	–	(9.143)	–
Ganho previamente reconhecido em outros resultados abrangentes e reclassificado para resultado do período na alienação de investimento	–	–	(206.388)	–
Outros	–	–	(79.303)	(266.253)
	8.175	**(26.428)**	**16.257.577**	**15.975.597**
Variação em:				
Contas a receber de clientes	1.407	1.273	541.141	547.491
Estoque	–	–	(107.767)	159.667
Outros tributos, líquidos	37.669	11.678	(883.338)	(342.611)
Imposto de renda e contribuição social	(741)	–	(740)	(289.037)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(1.240.674)	(1.200.228)
Partes relacionadas, líquidas	(26.187)	981	9.348	146.290
Fornecedores	692	1.029	(245.932)	(180.069)
Ordenados e salários a pagar	–	–	(515.510)	(542.243)
Provisão para demandas judiciais	–	–	(319.801)	(305.324)
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(48.773)	(9.192)
Outros ativos e passivos financeiros	–	–	75.083	(26.171)
Depósitos judiciais	28	4.773	(36.701)	(144.429)
Obrigação de benefício pós-emprego	–	–	(42.888)	(37.549)
Outros ativos e passivos, líquidos	(3.160)	(454)	(258.128)	(375.521)
	9.708	**19.280**	**(3.080.681)**	**(2.598.924)**
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	**17.883**	**(7.148)**	**13.176.876**	**13.376.673**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aporte de capital em controladas e coligadas	(750.000)	–	(8.015.678)	(29.997)
Aporte de capital em controlada em conjunto	–	–	–	(12.337)
Recebimento por redução de capital em controladas e coligadas	–	–	26.548	–
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	–	–	(615.638)	(962.378)
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários, líquido	1.658	3.452	990.543	551.192
Caixa restrito	–	–	(56.756)	42.012
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	–	69.962	107.424	1.391.597
Dividendos recebidos de controlada em conjunto	–	–	45.640	293.912
Dividendos recebidos de investimento financeiro	–	–	87.608	–
Recursos de caixa centralizado a partes relacionadas	(121.677)	–	(66.998)	54.810
Outros ativos financeiros	–	–	440	–
Caixa na operação de incorporação	187	–	187	–
Aquisição de instrumentos designados ao valor justo	–	–	–	(621)
Adições ao imobilizado, Intangível e ativos de contrato	–	–	(8.459.867)	(7.834.521)
Venda de investimentos, líquido de caixa cedido	–	–	8.945.294	2.725.625
Operação descontinuada	–	–	7.425	(249.365)
Custo de aquisição de novos negócios	–	–	(251.706)	(17.047)
Recebimento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida	–	–	1.021	103.147
Pagamento Instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida	–	–	(1.130.390)	(427.293)
Caixa recebido na venda de ativos imobilizado e intangível	–	–	9.474	36.934
Recebimento de indenizações de seguradora por perda de ativo imobilizado	–	–	209.186	–
Caixa e equivalente de caixa excluído por desconsolidação de investida	–	–	11.503	–
Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento	**(869.832)**	**73.414**	**(8.154.740)**	**(4.334.330)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	750.000	–	12.536.641	17.035.833
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	(14.522.410)	(12.620.572)
Custos de operações bancárias com derivativos e notas comerciais	(8.884)	–	(8.884)	–
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	(4.738.469)	(4.776.555)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	–	–	(2.841.877)	(2.866.185)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	–	–	1.019.179	1.148.423
Custos de operações bancárias com derivativos	–	–	–	(29.828)
Amortização de principal sobre arrendamentos	–	–	(744.582)	(694.340)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	–	–	(427.965)	(377.269)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	–	–	7.250.000	–
Recursos provenientes de aumento de capital	–	–	10.280.240	–
Aquisição de participações de acionista controladores e não controladores	(134)	–	(5.746.894)	–
Redução de capital	–	–	(498.004)	(204.967)
Recursos de caixa centralizado a partes relacionadas	154.644	(49.824)	94.212	(74.496)
Recompra de ações próprias	–	–	(34.022)	(192.915)
Dividendos pagos	(4.457)	(16.034)	(1.703.160)	(2.865.077)
Dividendos pagos acionistas preferencialistas	–	–	(994.592)	(668.022)
Ganho nas operações bancárias de derivativos	–	–	22.100	20.993
Caixa recebido decorrente de financiamento com garantia de ações	–	–	2.792.853	–
Caixa proveniente da emissão de ações preferenciais de controlada	–	–	4.000.000	–
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	**891.169**	**(65.858)**	**5.734.366**	**(7.164.977)**
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	**39.220**	**408**	**10.756.502**	**1.877.366**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	429	21	16.910.241	14.774.975
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	–	–	(256.264)	257.900
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39.649	429	27.410.479	16.910.241
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	**39.220**	**408**	**10.756.502**	**1.877.366**

A Diretoria — **Contadora** – Maraysa Rossi - CRC 1SP299307/O-2

A Companhia disponibiliza a versão completa das Demonstrações Financeiras em seu site:www.aguassanta.com.br

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2025 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.

A Administração

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	41	399
Adiantamento a fornecedores		-	1
Clientes		114	79
Impostos a recuperar	4	3.890	267
Partes Relacionadas	5	-	1
Total do ativo circulante		**4.045**	**747**
Ativo não circulante			
Investimentos	6	12	12
Total do ativo não circulante		**12**	**12**
Total do ativo		**4.058**	**759**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores		-	-
Obrigações tributárias	7	293	58
Outras obrigações		6	3
Total do passivo circulante		**299**	**61**
Patrimônio líquido			
Capital social	8.1	1	1
Lucros acumulados		3.758	697
Total do patrimônio líquido		**3.759**	**698**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.058**	**759**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta			
Receita líquida	10	284	612
Custo dos serviços prestados		(31)	(37)
Lucro / (Prejuízo) bruto		**253**	**575**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(528)	(108)
Despesas tributárias		(16)	(46)
		(544)	**(154)**
Resultado operacional		**(291)**	**421**
Receitas financeiras	12.1	20.796	1.939
Despesas financeiras	12.2	(15.903)	(1.505)
Resultado financeiro		**4.893**	**434**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**4.602**	**855**
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.1	(1.541)	(280)
Resultado do exercício		**3.061**	**575**
Prejuízo básico por ação - Reais		6,17200	1,15000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxos de Caixa - Exercícios findos em em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	3.061	575
Aumento(redução) no ativo:		
Adiantamento a fornecedores	1	(1)
Clientes	(35)	(79)
Impostos a recuperar	(3.623)	(203)
Partes relacionadas	-	(1)
Aumento(redução) no passivo:		
Obrigações tributárias	235	41
Outras obrigações	3	3
Fluxo de caixa líquido /aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais	**(358)**	**335**
(Redução) / Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(358)**	**335**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	399	64
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	41	399
(Redução) / Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(358)**	**335**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1**	**122**	-	**123**
Resultado do exercício		-	-	575	575
Constituição de reserva de lucros		-	575	(575)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1**	**697**	-	**698**
Resultado do exercício		-	-	3.061	3.061
Constituição de reserva de lucros		-	3.061	(3.061)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1**	**3.758**	-	**3.759**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	3.061	575
Resultado abrangente do exercício	**3.061**	**575**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	**314**	**677**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(31)	(37)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(528)	(108)
Valor adicionado bruto	**(245)**	**532**
Depreciações e amortizações	-	-
Valor adicionado líquido produzido	**(245)**	**532**
Receitas financeiras	20.796	1.939
Valor adicionado recebido em transferência	**20.796**	**1.939**
Valor adicionado total a distribuir	**20.551**	**2.471**
Impostos Taxas e Contribuições	**1.587**	**391**
Impostos e contribuições	1.587	391
Remuneração de Capital de Terceiros	15.903	1.505
Despesas financeiras	**15.903**	**1.505**
Remuneração do Capital Próprio	3.061	575
Resultado do exercício	**3.061**	**575**
Valor total adicionado	**20.551**	**2.471**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios findos em em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras - Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** ("**Companhia**"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 03 de julho de 2020. A Companhia tem por objeto social: **(i)** A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 ("Créditos Financeiros"); **(ii)** A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites e a legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram integralizadas 23 séries de debêntures, que totalizam 8 patrimônios separados, conforme abaixo:

Tipo	Emissão	Série	Data integralização	Valor emissão
DEB	16	1	14/05/2025	445.000
DEB	16	2	14/05/2025	445.000
DEB	16	3	14/05/2025	445.000
DEB	16	4	14/05/2025	445.000
DEB	16	5	14/05/2025	445.000
DEB	16	6	14/05/2025	445.000
DEB	17	1	01/07/2025	1.000.000
DEB	18	1	25/07/2025	147.931
DEB	19	1	24/09/2025	329.983
DEB	19	2	24/09/2025	22.000
DEB	19	3	24/09/2025	87.995
DEB	20	1	24/09/2025	595.000
DEB	20	2	24/09/2025	595.000
DEB	20	3	24/09/2025	595.000
DEB	20	4	24/09/2025	595.000
DEB	20	5	25/09/2025	595.000
DEB	20	6	25/09/2025	595.000
DEB	20	7	25/09/2025	630.000
DEB	21	1	23/12/2025	720.000
DEB	21	2	23/12/2025	1.260.000
DEB	21	3	23/12/2025	720.000
DEB	21	4	23/12/2025	450.000
DEB	21	5	23/12/2025	1.350.000

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração dos diretores: Em conformidade com o Artigo 27, § 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes, datado de 17 de março de 2026. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas podem incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo nunca superiores a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **(i) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A Companhia deve verificar se atende à definição de entidade de investimento. A entidade de investimento é uma entidade que: **(a)** obtém recursos de um ou mais investidores com o intuito de prestar a esses investidores serviços de gestão de investimento; **(b)** se compromete com os seus investidores no sentido de que seu propósito comercial é investir recursos exclusivamente para retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos; e **(c)** mensura e avalia o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo. A Companhia avaliou os critérios de controle previstos nas normas contábeis aplicáveis e concluiu que não possui poder para dirigir as atividades relevantes das investidas, ou seja, aquelas que afetam significativamente seus retornos. Dessa forma, concluiu que não exerce controle sobre tais entidades. Portanto as demonstrações financeiras não devem ser consolidadas, uma vez que a Companhia não possui o controle das investidas. Nas demonstrações financeiras, os Investimentos são reconhecidos pelo seu valor de custo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por consequinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando da sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, quando aplicável, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócios adotado pela Companhia para a gestão desses ativos e com as características dos fluxos de caixa contratuais, sendo mensurados: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio do resultado; ou (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, conforme aplicável. A Companhia avalia, quando aplicável, a existência de perda de crédito esperada sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando existe direito legalmente executável de compensação e a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos conta movimento	2	2
Aplicações financeiras **(i)**	-	192
Aplicações financeiras – CDB **(ii)**	39	205
Total	**41**	**399**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 2% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

(ii) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 96,50% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 referem-se basicamente a imposto de renda retido na fonte decorrente de aplicação de recursos originados de direitos creditórios e saldo negativo IRPJ, conforme a seguir demonstrado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo negativo – IRPJ **(i)**	3.868	250
PIS, COFINS e CSLL sobre faturamento a compensar	8	4
Outros impostos a recuperar	14	13
Total	**3.890**	**267**

(i) Imposto de renda sobre os saldos negativos serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente.

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. Transações com partes relacionadas – ativo circulante

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A.	-	1
Total	**-**	**1**

Montante referente às decorrentes de operações de mútuo realizadas com a controlada para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração.

5.2. Remuneração do pessoal-chave da administração: Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

6. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo com investimentos é de R$ 12 (R$ 12 em 2024) conforme composição a seguir:

Razão Social	CNPJ	Preço de Aquisição em Reais – R$ 31/12/2025	31/12/2024
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS I S.A.	28.758.267/0001 61	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS II S.A.	28.913.030/0001 08	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS III S.A.	30.037.009/0001 38	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS IV S.A.	31.908.224/0001 20	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS IX S.A.	37.309.079/0001 47	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XII S.A.	38.042.674/0001 21	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XXI S.A.	40.004.405/0001 12	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XXIV S.A.	41.008.985/0001 89	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XXIII S.A.	46.081.128/0001 28	500	500
ELEVE & TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.	38.419.803/0001 58	500	500
SOLFACIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.	32.247.733/0001 11	500	500
SOLFARMA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS S.A.	40.004.380/0001 57	500	500
SUPERSIM SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.	35.881.094/0001 30	500	500
TRAVESSIA MPT 18 SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.	38.028.620/0001 01	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XXII S.A.	47.995.456/0001-50	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XXV S.A.	45.741.898/0001-97	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XVI S.A.	38.419.815/0001-82	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS X S.A.	37.901.961/0001-87	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XI S.A.	37.763.835/0001-03	500	500
TRAVESSIA & DELTA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS S.A.	41.719.223/0001-90	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS VII S.A.	44.379.280/0001-66	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS V S.A.	41.719.231/0001-37	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VIII S.A.	36.699.663/0001-93	500	500
Total		**11.500**	**11.500**

7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos de obrigações tributárias estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS	6	6
ISS	6	14
IRPJ/CSLL a Recolher **(i)**	281	38
Total	**293**	**58**

(i) Refere-se substancialmente a imposto de renda e contribuições sociais a pagar incidentes sobre o resultado gerado pela Companhia.

7.1. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**4.602**	**855**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)		
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – 15%	(691)	(134)
Adicional do IRPJ 10%	(436)	(66)
Total de Imposto de Renda Pessoa Jurídica	**(1.127)**	**(200)**

...continuação	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – 9%	(414)	(80)
Total da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**(414)**	**(80)**
Total de IRPJ e CSLL	**(1.541)**	**(280)**
Taxa efetiva para Impostos	**33,41%**	**32,75%**

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital social: O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R$ 1. **8.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **8.3. Dividendos propostos:** Fei-

A Diretoria — **Contador:** Jaime Coelho da Silva - CRC 1SP 238696/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"): Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Direitos creditórios vinculados às operações de securitização: Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1, 10 e 12, a Companhia realiza operações de securitização por meio da estruturação e emissão de debêntures e outros instrumentos financeiros lastreados em direitos creditórios. No contexto dessas operações, a Companhia reconhece recebíveis de estruturação e realiza o gerenciamento dos fluxos financeiros associados às emissões. Consideramos esse assunto como principal em nossa auditoria em razão da relevância dos saldos envolvidos, da natureza das operações da Companhia e dos julgamentos da Administração relacionados ao reconhecimento, mensuração e apresentação dos direitos creditórios e das receitas associadas às operações de securitização.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a: • Avaliamos, com base em testes por amostragem, a documentação suporte das operações de securitização, incluindo contratos, instrumentos financeiros e documentos relacionados aos direitos creditórios e aos títulos emitidos; • Analisamos a cessão dos direitos creditórios e verificamos a consistência entre os contratos, registros contábeis e as informações apresentadas nas demonstrações financeiras; • Avaliamos os critérios utilizados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios vinculados às operações de securitização; • Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios vinculados às operações de securitização, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são adequados no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Revisamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 24 de março de 2025, sem modificação de opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026.
Villela e Associados Auditoria e Consultoria S.S. - CRC MG – 007189/O-2
Luis Guilherme Villela Alves - Contador CRC – MG 67.509/O-8

Santa Cruz Participações S/A.

CNPJ nº 60.890.745/0001-40 - NIRE 35.300.054.512

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas, para realização da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 14 de Abril de 2026, às 10 horas, na sede social, situada na Rua da Consolação, 1992 - 2º andar - conjunto 22, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP 01302-001, para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; b) Proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e sobre o pagamento de dividendos; c) Eleição da Diretoria para o triênio 2026/2029; d) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 25 de março de 2026. Rodolfo de Almeida Prado - Diretor Presidente.

Governo tem déficit de R$ 30 bilhões em fevereiro

Pressionado pelo Programa Pé-de-Meia e pelos reajustes ao funcionalismo público, o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – teve déficit primário de R$ 30,046 bilhões em fevereiro.

O resultado foi divulgado na segunda-feira (30) pelo Tesouro.

O déficit primário ocorre quando as despesas superam as receitas, desconsiderando os juros da dívida pública. Apesar do saldo negativo, houve melhora em relação ao mesmo mês de 2025, quando o rombo foi maior: R$ 31,598 bilhões.

O desempenho também veio melhor que o esperado pelo mercado, indicando algum alívio nas contas públicas no curto prazo. A pesquisa Prisma Fiscal, sondagem com instituições financeiras divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, estimava resultado negativo de R$ 34,3 bilhões.

O resultado reflete aumento das receitas, impulsionado pela arrecadação de tributos, mas também crescimento das despesas, especialmente em áreas como Previdência, pessoal e programas sociais.

No acumulado do ano, o governo ainda mantém superávit, graças ao resultado positivo de janeiro, o que ajuda a equilibrar parcialmente as contas.

Em fevereiro, o resultado negativo foi influenciado por receitas menores do que os gastos totais do governo.

Principais números do mês: déficit primário: R$ 30,046 bilhões; receita

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: www.jornalodiasp.com.br e no portal www.publicidadelegal.com

Bullla Holding S.A.

CNPJ: nº 44.203.906/0001-89

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R$)

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras do Bullla Holding S.A., referentes ao 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas. O Bullla Holding S.A. encerrou o exercício de 2025 com o patrimônio líquido R$ 221 milhões (R$ 158 milhões em 31 de dezembro de 2024) e total de ativos de R$ 221 milhões (R$ 158 milhões em 31 de dezembro de 2024). O Bullla Holding S.A. preza por uma estrutura organizacional que permite o controle tempestivo e independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado.

Balanço Patrimonial

	Nota	2025 Exercício	2024 Exercício
Ativo			
Não circulante			
Investimentos	5	221.304	158.004
Participações em controladas		221.304	158.004
Total ativo		221.304	158.004

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	97.281	25.174	–	122.455
Lucro do exercício	–	–	45.533	45.533
Dividendos	–	–	(10.000)	(10.000)
Reserva de lucros	–	35.533	(35.533)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	97.281	60.707	–	157.988
Lucro do exercício	–	–	73.295	73.295
Dividendos	–	–	(10.000)	(10.000)
Reserva de lucros	–	63.295	(63.295)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	97.281	124.002	–	221.283

	Nota	2025 Exercício	2024 Exercício
Passivo			
Circulante			
Outras obrigações		21	16
Diversos		21	16
Patrimônio líquido		221.283	157.988
Patrimônio líquido		221.283	157.988
Capital social		97.281	97.281
Reserva de lucros		124.002	60.707
Total passivo		221.304	158.004

Demonstração dos Resultados dos Exercícios

	Notas	2025 Exercício	2024 Exercício
Resultado operacional		73.300	45.540
Resultado de equivalência patrimonial		73.300	45.540
Lucro operacional bruto		73.300	45.540
Despesas tributárias		(4)	(4)
Despesas administrativas			(3)
Resultado financeiro		73.295	45.533
Resultado antes da tributação sobre o lucro		73.295	45.533
Resultado do exercício		73.295	45.533
Lucro líquido por ação		0,75	0,47

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025 Exercício	2024 Exercício
Lucro do exercício	73.295	45.533
Resultado abrangente do exercício	73.295	45.533

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2025 Exercício	2024 Exercício
Lucro do exercício	73.295	45.533
Lucro do exercício ajustado	73.295	45.533
Variação de ativos e passivos		
Aumento/(redução) em valores a pagar sociedades ligadas	5	7
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	73.300	45.540
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(63.300)	(35.540)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(63.300)	(35.540)
Atividades de atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(10.000)	(10.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(10.000)	(10.000)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	–	–
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	–	–

	2025 Exercício	2024 Exercício
Participações em controladas	221.304	158.004
Bullla Instituição de Pagamentos S.A.	221.304	158.004

6. Patrimônio líquido: O capital social está representado por 97.280.836 ações ordinárias (97.280.838 em 2024).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: O Bullla Holding S.A. foi constituída como Holding de Instituições Financeiras, com sede administrativa na Avenida Presidente Vargas, nº 2.516 - Andar 6 - Pinheiros, São Paulo - SP, 05402-400. Uma outra controladora do Bullla Instituição de Pagamento S.A. e tem como principal atividade econômica atuar como holdings de instituições financeiras. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Na elaboração das demonstrações financeiras, foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de determinadas contas de ativo, passivo, receita e despesa e, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A demonstração financeira referente ao exercício findo em 31/12/2025 foi aprovada pela diretoria em 30/03/2026. **3. Resumo das práticas contábeis: a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações cujo vencimento na data de aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizadas pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** Outros ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias (em base pró rata dia), deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas. **d) Passivos circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. **e) Apuração de resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **4. Resumo das práticas contábeis: a) Lucro ou prejuízo por ação:** É calculado com base no lucro líquido ou do prejuízo do exercício, dividido pela quantidade de ações em circulação na data do balanço. **b) Perdas prováveis, estimativas e probabilidade:** A preparação das Demonstrações Contábeis requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e receitas e despesas no período. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos (créditos), redução ao provável valor de mercado de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente. **5. Participações em controladas:** A controlada apresenta os seguintes valores de resultados com a respectiva equivalência patrimonial registrada nas demonstrações contábeis e seguem demonstrados no quadro a seguir:

	2025 Exercício	2024 Exercício
Resultado operacional	73.300	45.540
Lucro operacional bruto	73.300	45.540
Despesas tributárias	(4)	(4)
Despesas administrativas		(3)
Resultado financeiro	73.295	45.533
Resultado antes da tributação sobre o lucro	73.295	45.533
Resultado do exercício	73.295	45.533
Lucro líquido por ação	0,75	0,47

Diretoria

João Geraldo Matta de Araújo Jr. - Presidente
Mauro Americo de Carvalho Gomide - Vice-Presidente
Silvio Inácio Lopes - Vice-Presidente

Contador

Orlando Francisco Duarte Jordão - CRC 1SP294229/O-0

6. Patrimônio líquido: O capital social está representado por 97.280.836 ações ordinárias (97.280.838 em 2024).

MAIS MU COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A.

CNPJ/MF nº 21.526.148/0001-34 - NIRE 35.300.611.390

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 03 de Novembro de 2025

DATA, HORA E LOCAL. Em 03/11/2025, às 10h00, na sede social no município de São Paulo. **CONVOCAÇÃO, PUBLICAÇÕES E PRESENÇA.** Dispensada em vista da presença da totalidade dos Conselheiros. **MESA.** Otto Velludo Araujo Guarnieri, Presidente. Antonio Delli Paoli Neto, Secretário. **DELIBERAÇÕES:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade votos, aprovaram, sem restrições ou ressalvas, em atenção ao Plano de Opção de Subscrição de Ações e Outras Avenças da Companhia aprovado em deliberação tomada pela Assembleia Geral da Companhia, realizada de forma extraordinária em 27/10/2023, cuja ata se encontra registrada na JUCESP sob o nº 45.545/24-3, em sessão de 02/02/2024, aprovar a emissão de dois novos Programas de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para 2026, que foram devidamente apresentados aos presentes, na sede da Companhia, por permanecerão arquivados na sede da Companhia, em caráter confidencial, para outorga de opções de compra de até 220.000 (duzentos e vinte mil) ações preferenciais classe A, sendo 150.000 (cento e cinquenta mil) dedicadas ao Programa indicado no Anexo I e 70.000 (setenta mil) ações dedicadas ao Programa indicado no Anexo II. Os Conselheiros autorizam a Diretoria a tomar todas as medidas necessárias para formalizar os outorgas aprovadas nos referidos. **ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, Presidente da Mesa e do Conselho de Administração, Otto Velludo Araujo Guarnieri, Secretária da Mesa e Conselheiro, Antonio Delli Paoli Neto, Damaso Consalteiroro, Anderson Paulo Mulin. **Assinaturas: OTTO VELLUDO ARAUJO GUARNIERI** - Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração. **ANTONIO DELLI PAOLI NETO** - Secretário da Mesa e Conselheiro. **ANDERSON PAULO MULIN** - Conselheiro. JUCESP nº 93.441/26-5 em 16/03/2026 Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SMA Holding de Participações Ltda

CNPJ nº 62.316.053/0001-73 - NIRE Nº 35267731069

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os srs. sócios da **SMA Holding de Participações Ltda**, CNPJ/MF 62.316.053/0001-73 ("Sociedade"), convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada às 19h30 do dia 09 de abril de 2026, em 1ª convocação e 20h00 do mesmo dia, em 2ª convocação caso não ocorra instalação em 1ª convocação, ambas a serem realizadas por meio digital. **Endereço digital:** A Assembleia será realizada via plataforma Teams conforme link a seguir indicado, que também será enviado aos e-mails dos sócios conforme endereço eletrônico cadastrado: https://teams.microsoft.com/meet/224112472445050?p=JZB4EUJUIj3J1l wl4. - ID da Reunião: 224 112 472 445 50 - Senha: aW3H3ywJ **Ordem do Dia: I – Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** a) Deliberar sobre a aprovação das contas da administração e das demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Sociedade para o próximo mandato, nos termos previstos no Contrato Social. **II – Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** a) Deliberar sobre a retirada de sócios e a admissão de novos sócios na Sociedade, mediante as correspondentes cessões e transferências de quotas; b) Tomar ciência e deliberar sobre o reconhecimento e anuência ao Acordo de Sócios celebrado entre os sócios da Sociedade, o qual disciplina matérias relativas à governança, transferência de quotas, exercício de direitos societários e demais relações entre os sócios, obrigando os seus signatários e devendo ser observado pela Sociedade e por seus administradores na condução dos assuntos sociais; c) Deliberar sobre a aprovação da respectiva alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir as modificações no quadro societário e incluir cláusula de reconhecimento da existência de acordo de sócios.

São Paulo, 30.03.2026. **Dr. Fernando David Goehler - Administrador**

SÃO PAULO – SERVIÇOS MÉDICOS DE ANESTESIA LTDA.

CNPJ 62.032.313/0001-89

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os srs. sócios da São Paulo Serviços Médicos de Anestesia Ltda, CNPJ/MF 62.032.313/0001-89 ("Sociedade"), convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada às 21h30 do dia 09 de abril de 2026, em 1ª convocação, e às 22h00 do mesmo dia, em 2ª convocação caso não ocorra instalação em 1ª convocação, ambas a serem realizadas por meio digital. **Endereço digital:** A Assembleia será realizada via plataforma Teams conforme link a seguir indicado, que também será enviado aos e-mails dos sócios conforme endereço eletrônico cadastrado: https://teams.microsoft.com/meet/274232225335427p=V3cVEqsSFfdiCRgyCO - ID da Reunião: 274 232 253 354 2 - Senha: XW9Qu3RT. **Ordem do Dia: I – Em AGO:** a) Deliberar sobre a aprovação das contas da administração e das demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Sociedade para o próximo mandato, nos termos previstos no Contrato Social. **II – Em AGE:** a) Tomar ciência e deliberar sobre o reconhecimento e anuência ao Acordo de Sócios celebrado entre os sócios da Sociedade, o qual disciplina matérias relativas à governança, transferência de quotas, exercício de direitos societários e demais relações entre os sócios, obrigando os seus signatários e devendo ser observado pela Sociedade e por seus administradores na condução dos assuntos sociais; b) Deliberar sobre a retirada voluntária dos sócios Hugo Campanha e Isabella Silva Pereira; c) Deliberar sobre a aquisição, pela Sociedade, das quotas preferenciais de titularidade dos sócios retirantes, para manutenção em tesouraria, sem redução do capital social; d) Deliberar sobre a alteração do quadro societário da Sociedade; e) Deliberar sobre a alteração e consolidação do Contrato Social da Sociedade, para refletir as deliberações acima, inclusive no que se refere à disciplina das quotas em tesouraria e à adequação dos quóruns e direitos políticos ao capital social votante. São Paulo, 30.03.2026.

Dr. Fernando David Goehler - Administrador

INSTITUTO TECNOLÓGICO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

CNPJ/MF sob nº 27.529.058/0001-83

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

INSTITUTO TECNOLÓGICO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, inscrito no CNPJ/MF sob nº 27.529.058/0001-83 com sede na Rua Alexandre Dumas, nº 1711, 5º andar, Edifício Birmann 11, Bairro Chácara Santo Antônio CEP: 04717-004 – São Paulo/SP, através de seu Presidente no exercício, Sra. Bianca Cabral Manoel, pelo presente EDITAL e na forma de seu Estatuto Social, CONVOCA a todos os seus associados para a Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 18º e seguintes de seu Estatuto Social, que se realizará na na Rua Alexandre Dumas, nº 1711, 5º andar, Edifício Birmann 11, Bairro Chácara Santo Antônio CEP: 04717-004 – São Paulo/SP, em 13 de abril de 2026, em 1ª convocação, com a maioria absoluta dos associados - às 18h00, e em 2ª convocação, com qualquer número de associados - às 19h00, para deliberar a seguinte. Ordem do dia: Renúncia membro conselho de administração "Presidente" Eleição para novo membro conselho de administração "Presidente " Renúncia do membro do conselho fiscal. Eleição novo membro do conselho fiscal. Aprovação do novo estatuto social. VI) demais assuntos de interesses dos associados

São Paulo, 30 de março de 2026.
Bianca Cabral Manoel
Presidente.

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 24.230.275/0001-80 - NIRE 35300555830

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas da **Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A.** ("**Companhia**") a comparecer presencialmente à Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia **28 de abril de 2026, às 15 horas,** na sede social da Companhia, localizada na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, 18º andar, Butantã, CEP 05501-000 ("**AGO/2026**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, acompanhados dos relatórios dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** deliberar o pagamento da participação dos Administradores no lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** deliberar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iv)** deliberar a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2026; **(v)** fixar o número de membros que comporá o Conselho de Administração da Companhia em 6 (seis) membros, em caso de eleição por voto majoritário ou voto múltiplo, sendo que tal número poderá ser acrescido em até 1 (um) membro, ou seja, para 7 (sete) membros no total, em caso de solicitação de votação em separado, na forma do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; **(vi)** eleger os membros do Conselho de Administração, com mandato unificado de 1 (um) ano, na forma do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; e **(vii)** fixar a remuneração global anual dos administradores, dos membros do Comitê de Auditoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. **Instruções para participar da AGO/2026:** Poderão participar da AGO/2026 os acionistas ou seus representantes, nos termos da lei, presencialmente ou mediante envio prévio de boletim de voto a distância ("**Boletim de Voto a Distância**"), na forma da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**RCVM 81/22**"). Para participarem da AGO/2026 presencialmente, os acionistas deverão apresentar, na AGO/2026, (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia de sua titularidade; (iii) documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador, no caso de fundos de investimento; e (iv) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista por procurador. Para a participação via Boletim de Voto a Distância, os acionistas deverão transmitir, até o dia **24 de abril de 2026** (inclusive), suas instruções de voto, entregando os respectivos Boletins de Voto a Distância, acompanhados da documentação necessária, (i) ao escriturador das ações da Companhia; (ii) aos seus agentes de custódia; (iii) ao depositário central no qual as ações estejam depositadas; ou (iv) diretamente à Companhia, através do e-mail do Departamento de Relações com Investidores (**ri@planoeplano.com.br/**), bem como no site da CVM (**www.cvm.gov.br**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (**www.b3.com.br**). **Orientações Gerais:** Nos termos do §5º do artigo 5º da RCVM 81/22, a Companhia esclarece que optou por realizar a AGO/2026 de forma exclusivamente presencial para manter a prática da Companhia nas últimas assembleias gerais, assim como por acreditar que essa modalidade proporciona uma comunicação mais clara e eficaz entre os participantes, além de promover maior interação entre os acionistas e a Companhia, o que possibilita o esclarecimento imediato de eventuais dúvidas que possam surgir durante o conclave. Em atenção à Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("**RCVM 70/22**"), informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). A requisição do referido processo para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá ser encaminhada por escrito à sede da Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da AGO/2026 ora convocada, ou seja, até as **15 horas do dia 26 de abril de 2026**, ou requerida por meio do Boletim de Voto a Distância, conforme orientações apresentadas acima. Ainda, na forma do inciso I-A do artigo 5º da RCVM 81/22, a Companhia informa que o pedido de instalação do Conselho Fiscal da Companhia pode ser realizado por acionistas que representem, no mínimo 2% (dois por cento) do total das ações ordinárias da Companhia, em linha com o disposto no artigo 4º da RCVM 70/22. Os acionistas poderão solicitar a inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no BVD disponibilizado pela Companhia em até 25 (vinte e cinco) dias antes da realização da AGO/2026, a saber, até **03 de abril de 2026** (inclusive) – desde que o referido acionista possua, ao menos, 2,5% (dois e meio por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, na forma do inciso (i) do artigo 37 c/c Anexo nº da RCVM 81/22. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGO/2026, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (**https://ri.planoeplano.com.br/**), bem como no site da CVM (**www.cvm.gov.br**) e da B3 (**www.b3.com.br**). São Paulo, 27 de março de 2026. **RODRIGO UCHOA LUNA** - Presidente do Conselho de Administração.

MAIS MU PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF 50.654.339/0001-80 – NIRE 35261313231

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE SÓCIOS

Ficam convocados os sócios da **MAIS MU PARTICIPAÇÕES LTDA.** ("Sociedade"), para reunirem-se em assembleia de sócios, a ser realizada de forma exclusivamente digital por meio do link: https://teams.microsoft.com/meet/234736781835921p=7B6oRvMeFJKceGHu. ID de Reunião: 234 736 781 835 921 - Senha: qwEUlD9Q0 nos termos da Cláusula 9ª do Contrato Social da Sociedade e art. 1.152 do Código Civil de 2002, no dia **08 de abril de 2026, às 11:00 horas,** em primeira convocação, e, caso a primeira convocação não atinja o quórum necessário, no dia 08 de abril de 2026 às **11:30 em segunda convocação**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Aprovar a incorporação de 17.550.000 (dezessete milhões, quinhentos e cinquenta mil quotas representativas de R$ 17.550.000,00 (dezessete milhões e cinquenta mil reais) pela sócia Sociedade, para manutenção em Tesouaria, conforme autorizado no Capítulo XI do contrato social, observada a manifestação de interesse de determinados Sócios em realizar a venda das respectivas quotas de sua titularidade à Sociedade ("Sócios Cedentes"); **b)** Formalizar o consentimento expresso e irrevogável de sócios para transferência da integralidade das quotas de titularidade dos Sócios Cedentes à Sociedade, e, consequentemente, a celebração da 3ª Alteração do Contrato Social da Sociedade com a retirada dos Sócios Cedentes e consolidação do contrato social; **c)** Autorizar a administração da Sociedade a tomar todas as demais medidas necessárias à efetivação das matérias aprovadas, incluindo, a transferência de bens e direitos da sócia para a Sociedade, após de emissão da Mastiff Controle de Alimentos e Bebidas S/Ap para pagamento aos Sócios Cedentes pela compra e venda das respectivas quotas. São Paulo, 28 de março de 2026.

MAIS MU COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A.

CNPJ/MF nº 21.526.148/0001-34 - NIRE 35.300.611.390

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 02 de Fevereiro de 2026

DATA, HORA E LOCAL. Realizada no dia 02/02/2026, às 10:00 horas, na sede social no município de São Paulo. **CONVOCAÇÃO, PUBLICAÇÕES E PRESENÇA.** Dispensadas em vista da presença da totalidade dos Conselheiros. **MESA.** Otto Velludo Araujo Guarnieri, Presidente. Otto Velludo Araujo Guarnieri, Secretário. Antônio Delli Paoli Neto. **DELIBERAÇÕES:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade dos votos, aprovaram a designação do **ANTONIO DELLI PAOLI NETO**, RG nº 36 750 971-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 329.915.348-00, já regularmente eleito, empossado como Diretor da Companhia, para exercer, de forma cumulativa, as atribuições de Diretor de Relações com Investidores, conforme termo de posse anexo, nos termos da Resolução CVM nº 80, mantendo-se inalterado o seu mandato originalmente vigente como Diretor, ao qual ficam vinculadas as funções de RI ora atribuídas, conferindo-lhe todos os poderes, deveres e responsabilidades inerentes à função, incluindo, sem limitação, a interlocução com o mercado, com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com a BEEA, bem como a representação institucional da Companhia perante investidores, órgãos reguladores e demais participantes do mercado de capitais, podendo, para tanto, assinar, prestar informações, formular requerimentos, apresentar declarações, praticar atos perante sistemas eletrônicos, plataformas de negociação e entidades autorreguladoras, e adotar todas as providências necessárias ao pleno cumprimento de suas funções perante os órgãos reguladores e autorreguladores da Companhia no âmbito do mercado de capitais. **ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS.** Nada mais havendo a tratar, foi assinada eletronicamente por todos os Conselheiros e membros da Mesa. Presidente da Mesa e do Conselho de Administração, Otto Velludo Araujo Guarnieri, Secretário da Mesa e Conselheiro, Antônio Delli Paoli Neto. Damaso Consalteiroro, Anderson Paulo Mulin. São Paulo, 02/02/2026. **Otto Velludo Araujo Guarnieri** - Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração. **Antonio Delli Paoli Neto** - Secretário da Mesa. Conselheiro. **Anderson Paulo Mulin** - Conselheiro. JUCESP nº 95.472/26-1 em 20/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Companhia Aberta
Código CVM nº 2686-7
CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 | NIRE 35.300.006.658

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2026

A **União Química Farmacêutica Nacional S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade do Embu-Guaçu, Estado do São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.665.981/0001-18 ("**Companhia**"), vem, pelo presente, convocar os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada, no **dia 30 de abril de 2026, às 10h30**, para examinar, discutir e votar a respeito das seguintes ordens do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** Deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** Instalação e eleição dos membros do Conselho Fiscal; e **(iv)** Fixar o limite anual da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Ratificar a proposta de distribuição proporcional de ações ordinárias sobre o capital próprio, sujeita à deliberação e aprovação pelo Conselho de Administração, nos termos do art. 16, "v", do Estatuto Social; **(ii)** Alterar o artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para incluindo das atividades "medica ambulatorial" e "odontológica" no objeto social da Companhia; e **(vii)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as alterações indicadas no item vi. **Informações Gerais sobre a Assembleia:** Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar da assembleia geral que encaminhem a versão digitalizada de documento de identidade e instrumento de mandato por meio eletrônico ri@uniaoquimica.com.br, de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante a assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

Embu-Guaçu, 30 de março de 2026. **Paula Melo Suzana Gomes** - Presidente do Conselho de Administração

BIOMM S.A.

CNPJ Nº 04.752.901/0001-10 - NIRE Nº 31.300.016.510

Companhia Aberta

Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **BIOMM S.A.** ("Companhia" ou "Biomm") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Lote 15 ao 21, Parte, Gleba 28, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-691, em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e aprovar a distribuição de dividendos, se houver; **(iii)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026; e **(iv)** Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração a eleger, nos termos do artigo 11 e 13, do Estatuto Social da Companhia, e a composição do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Deliberar sobre a adesão da Companhia ao segmento Nível 2 de Governança Corporativa da B3; **(ii)** Deliberar sobre a consignação do novo capital social da Companhia, homologado nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26 de março de 2025, em 21 de agosto de 2025 e em 25 de março de 2026; **(iii)** Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia, com alteração dos atuais artigos 1, 2, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38 e 40, inclusões de parágrafos, exclusões de parágrafos e ajustes de referência; e **(iv)** Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação do item "(iii)" acima. **Instruções Gerais:** Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE estão disponíveis sob forma de a Proposta do Conselho de Administração da Companhia ("Proposta da Administração") e aqueles exigidos pelo artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, exclusivamente, de forma digital, em sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomm.com), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A AGOE será realizada de forma exclusivamente presencial, em conformidade com a prática historicamente adotada pela Companhia em suas assembleias, visando garantir o pleno engajamento, transparência e eficácia das deliberações, bem como considerando que os níveis históricos de presença dos acionistas se mostram satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Nesse contexto, poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, bem como as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81 e nos termos do artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 2% (dois por cento). Nova Lima/MG, 30 de março de 2026. Cláudio Luiz Lottenberg - **Presidente do Conselho de Administração.**

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF Nº : 38.042.694/0001-80 - NIRE: 35.300.554.035

EDITAL ÚNICO DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 11ª (DÉCIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 5 (CINCO) SÉRIES, COM INSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO SEPARADO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. ("EMISSÃO" E "EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados, por meio deste Edital único, conforme art. 26, § 1º-A da Resolução CVM 60, os Srs. Debenturistas da 11ª Emissão, Em 5 Séries, da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da "11ª (décima primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 5 (Cinco) Séries, com Instituição de Patrimônio Separado, para Distribuição Pública Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A." ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se em primeira convocação no dia 22 de abril de 2026, às 14:15hs, e, em caso de não instalação da Assembleia, devido insuficiência de quórum, em segunda convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 14:15hs, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sob

Logictel

LOGICTEL S/A

CNPJ 03.430.070/0001-78

Certificada - ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001

Relatório da Administração

A Administração da Logictel S/A submete à apreciação dos prezados acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia. Agradecemos nossos acionistas, clientes, prestadores de serviços, fornecedores e, em especial, nossos colaboradores, pelo apoio, confiança, empenho e dedicação. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	2025	2024
Circulante		
Caixa e bancos	4	10
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	52.130	45.108
Contas a Receber	7.678	13.007
Impostos a compensar	1.731	4.368
Estoque	786	768
Outros ativos	1.785	1.641
	64.114	64.902
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a Receber	5.433	3.901
Ativos fiscais diferidos	3.476	2.929
Depósitos Judiciais	1.330	1.265
	10.239	8.095
Imobilizado	11.628	12.484
Intangíveis	52	80
	21.919	20.659
Total do ativo	**86.033**	**85.561**

PASSIVO	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	672	1.092
Obrigações trabalhistas	2.348	5.038
Obrigações tributárias	1.338	356
Dividendos a pagar	226	-
Outros passivos	136	120
	4.720	6.606
Não circulante		
Dividendos a pagar	6.000	-
Provisão para contingências	4.123	2.444
	10.123	2.444
Total do Passivo	14.843	9.050
Patrimônio líquido		
Capital Social	42.000	15.000
Reserva Legal	8.400	3.000
Reserva de Lucros	11.769	7.336
Reserva de Contingência	17.444	59.598
Ações em Tesouraria	(8.423)	(8.423)
Total do patrimônio líquido	71.190	76.511
Total do passivo e patrimônio líquido	**86.033**	**85.561**

Demonstração do fluxos de caixa em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	1.380	(5.663)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação/amortização	902	962
Provisão para contingências	1.679	-
Resultado na venda/baixa do ativo imobilizado e intangível	3	674
	3.964	(4.027)
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em contas a receber	3.797	27.602
Em impostos a compensar	2.637	(1.684)
Em instrumentos financeiros ao custo amortizado	(7.022)	(3.466)
Em outros ativos	(226)	279
	(814)	22.731
(Acréscimo) decréscimo de passivos		
Fornecedores	(420)	(1.776)
Em obrigações trabalhistas e encargos	(2.690)	(3.350)
Em obrigações tributárias	298	(1.537)
Em outros passivos	15	(69)
	(2.797)	(6.732)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(337)	(3.811)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	16	8.161
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(22)	(1.434)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de Investimentos	(22)	(1.434)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aquisição de ações da Companhia	-	-
Pagamentos de empréstimos e juros	-	-
Dividendos pagos	-	(6.726)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	-	(6.726)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(6)	1
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro	10	9
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	10

Demonstração de resultado em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Receita líquida	35.529	52.449
Custo dos serviços prestados	(29.657)	(50.031)
Lucro bruto	5.872	2.418
Receitas (despesas)		
Comerciais	(425)	(1.281)
Administrativas	(10.814)	(12.006)
Outros ganhos líquidos	1	313
	(11.238)	(12.974)
Lucro antes do resultado financeiro	(5.366)	(10.556)
Receita Financeira	6.764	5.603
Despesas Financeiras	(18)	(710)
Receitas financeiras, líquidas	6.746	4.893
Lucro antes dos impostos	1.380	(5.663)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(475)	1.909
Lucro líquido do exercício	905	(3.754)
Lucro por ação (em R$ por ação)	0,35	(1,44)

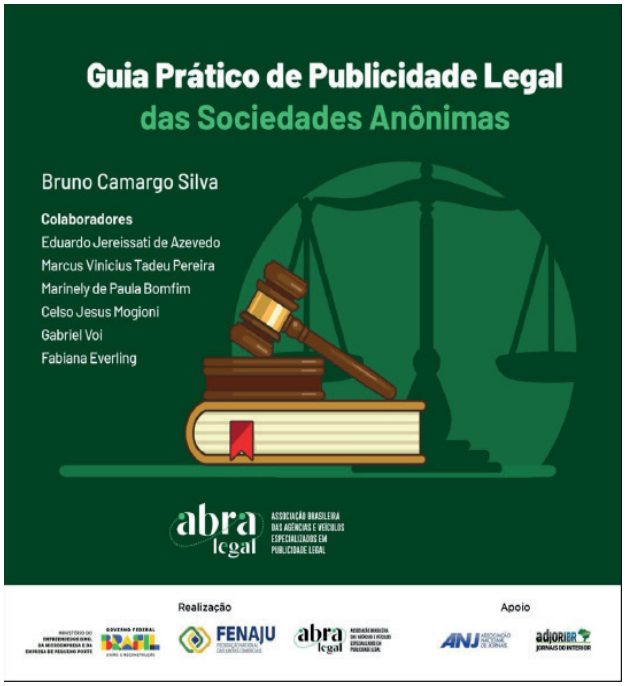
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

Movimentações	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva Contingência	Ações em Tesouraria	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**15.000**	**3.000**	**28.080**	**43.598**	**(8.423)**	**81.255**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	(3.754)	-	-	(3.754)
Destinações: Dividendos Sobre Saldo Acumulado	-	-	(990)	-	-	(990)
Reserva de Contingência	-	-	(16.000)	16.000	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**15.000**	**3.000**	**7.336**	**59.598**	**(8.423)**	**76.511**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	905	-	-	905
Destinações: Aumento de Capital	27.000	-	(27.000)	-	-	-
Dividendos Sobre Saldo Acumulado	-	-	(6.000)	-	-	(6.000)
Transf. reserva de contingência para reserva de lucros	-	-	42.154	(42.154)	-	-
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	-	-	(226)	-	-	(226)
Reserva Legal	-	5.400	(5.400)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**42.000**	**8.400**	**11.769**	**17.444**	**(8.423)**	**71.190**

Notas Explicativas:

1) Contexto Operacional: A Logictel é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, pertencente ao Grupo JHG Telecom, com início das suas atividades em 1.999, em meio a forte tendência de terceirização dos serviços das Operadoras de Telecomunicações. Possuí um portfólio completo de serviços e soluções na área de telecomunicações, abrangendo o segmento de logística de sobressalentes, laboratório de reparos, engenharia consultiva, projetos de redes e de infra estrutura, especificações técnicas, controle de qualidade, inspeção, fiscalização de obras, montagem, configuração e testes de equipamentos de centrais de transmissão, dados, voz, vídeo, etc.. Como uma empresa multi-serviços, a Logictel reforça sua competência e se diferencia pela oferta de serviços genericados às empresas de telecom e demais empresas de outros segumentos. **2) Apresentação das Demonstrações Financeiras**: As presentes demonstrações foram preparadas em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NTC TG 1000-R1). As demonstrações foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 3 de março de 2026.

Geraldo Antonio de Oliveira Marques - Diretor Presidente, **Jose Humberto Silveira** - Diretor Vice Presidente, **Alfredo Fornaciari Neto** - Contador - CRC-SP-153374/O-0



Juros do consignado privado atingem pico de 59,4% em fevereiro, mostra Banco Central

A taxa média de juros do consignado privado atingiu o pico de 59,4% ao ano em fevereiro, mostram dados divulgados pelo Banco Central na segunda-feira (30). A cobrança de juros abusivos e o avanço do endividamento das famílias são motivos de preocupação para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O recorde foi registrado depois de uma alta mensal de 2 pontos percentuais. Em 12 meses, a elevação foi de 18,5 pontos percentuais. O patamar é superior ao praticado no mercado antes da implementação da modalidade do consignado para trabalhadores com carteira assinada, lançada pelo governo Lula em março do ano passado. Na época, a taxa média ficava ao redor de 40% ao ano.

A insatisfação de Lula com os juros cobrados na modalidade é antiga e, ao contrário das expectativas do governo, a taxa média segue subindo. No ano passado, o presidente chegou a pedir um diagnóstico do Ministério da Fazenda para baratear o custo do crédito.

"Nessa linha específica, se olhar de abril de 2025 para fevereiro de 2026, temos muito mais um cenário de novo patamar da taxa de juros do que uma trajetória de crescimento. Em abril de 2025 era 59,1% [ao ano] e agora passou para 59,4% [ao ano]", afirmou o chefe do departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, na apresentação dos dados.

As informações do BC mostraram também queda de 22,5% nas concessões de novos empréstimos para trabalhadores CLT em fevereiro em relação a janeiro, mês com três dias úteis a menos. Foram liberados R$ 7,15 bilhões para trabalhadores celetistas no consignado privado, contra R$ 9,22 bilhões no início de 2026.

Outra modalidade que registrou alta de juros em fevereiro foi a do rotativo do cartão de crédito, com taxa média de 435,9% ao ano cobrada pelos bancos de pessoas físicas. Houve um aumento de 11,4 pontos percentuais na variação mensal. Nesse segmento, são cerca de 40 milhões de clientes.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, o governo quer mudanças para reduzir o custo do crédito rotativo. Na última quinta (26), Lula disse ter mandado o Ministério da Fazenda elaborar propostas.

Segundo Rocha, os altos juros cobrados no rotativo puxaram para cima a média das demais operações. Com isso, foi registrada em fevereiro a maior taxa média de juros cobrada em todas as modalidades do país desde o início da série histórica do BC, em março de 2011.

"Se a gente considerar pessoa física, pessoa jurídica, [crédito] livre, [crédito] direcionado, essa taxa [média de juros] atingiu 33% ao ano no mês de fevereiro e é a maior taxa de juros da série histórica do BC, com crescimento de 0,3 ponto percentual no mês e aumento de 2,6 pontos percentuais em 12 meses", disse o técnico da autoridade monetária.

Lula teme impacto sobre sua popularidade em ano eleitoral diante do maior endividamento dos brasileiros. Para auxiliares do presidente, todo o aumento de renda da população está se esvaindo com as dívidas, alterando a percepção dos cidadãos com relação à redução do desemprego e ao controle da inflação e gerando mal-estar com o governo.

O comprometimento de renda (parcela do orçamento familiar destinado ao pagamento de dívidas e despesas fixas) subiu 0,1 ponto percentual no mês, alcançando 29,3% em janeiro. Esse é o maior patamar da série histórica do BC, iniciada também em março de 2011.

Segundo Rocha, as operações de crédito emergencial, em especial do rotativo do cartão de crédito, tiveram papel relevante no crescimento do comprometimento de renda da população brasileira.

O endividamento das famílias situou-se em 49,7% em janeiro (o dado é apresentado pelo BC com defasagem maior), permanecendo estável no mês e aumentando 1,1 ponto percentual em 12 meses.

No crédito com recursos livres, a inadimplência -pagamento em atraso há mais de 90 dias- subiu 0,2 ponto percentual em fevereiro e alcançou 5,5%, com aumentos equivalentes nas carteiras de pessoas físicas (6,9%) e de pessoas jurídicas (3,3%).

O crescimento da inadimplência no período recente, contudo, reflete em parte a mudança nas regras contábeis. Desde janeiro, as instituições financeiras não têm mais um prazo limite para classificar esse crédito como prejuízo, de forma que essa inadimplência pode ser pode ser computada por mais tempo.

No caso do consignado para trabalhadores do privado, a inadimplência saltou para 6,3% em fevereiro, ante 5,4% um mês antes. No rotativo do cartão de crédito, por outro lado, houve queda na inadimplência, de 62,5% em janeiro para 59,7% em fevereiro.

O rotativo é a linha de crédito mais cara do mercado, recomendada por especialistas apenas em casos emergenciais. Ele é acionado quando o cliente não paga o valor integral da fatura na data de vencimento.

Segundo especialistas, a escalada do calote entre os mais pobres pode ser explicada pela maior vulnerabilidade a juros altos daqueles que ganham menos, que em geral possuem menos poupança para amortecer choques.

Na semana passada, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, afirmou que as taxas de juros cobradas no rotativo do cartão de crédito são punitivas e defendeu uma discussão estrutural sobre a criação de alternativas mais adequadas aos brasileiros.

Desde janeiro de 2024, está em vigor a norma que estabelece que a dívida de quem atrasa o pagamento da fatura do cartão de crédito não pode superar o dobro do montante original. Isso significa que a taxa de juros é limitada a um teto de 100% do valor da dívida contraída. Esse modelo é conhecido no jargão econômico como "muro inglês".

Questionado por jornalistas se a medida não se mostrou eficaz após dois anos de implementação, Galípolo disse que o "muro inglês cumpriu seu papel", mas que "talvez a extensão dessa política precise ser ponderada".

Na apresentação das estatísticas, Rocha ressaltou que cerca de metade de um total de 70 empresas que fornecem informações ao Banco Central sobre esse indicador "ou estão com taxa de juros, daqueles devedores maiores, travadas em 100% ou estão ali em 99%, mostrando a efetividade do muro inglês."

Desde 2017, os bancos são obrigados a transferir a dívida do rotativo do cartão de crédito para o parcelado após 30 dias. De acordo com dados do BC, em fevereiro, a taxa média nessa modalidade subiu a 200,2% ao ano -alta de 5,3 pontos percentuais no mês. Esse foi o maior patamar desde abril de 2023.

O técnico do BC destacou ainda que, ao olhar o estoque, o ritmo de crescimento do crédito está em desaceleração em qualquer uma das métricas observadas pela autoridade monetária (pessoas físicas, pessoas jurídicas, crédito livre ou crédito direcionado).

As concessões a consumidores e empresas somaram R$ 699,8 bilhões em fevereiro, na série que considera os ajustes sazonais. Isso representou uma queda de 0,5% na comparação com janeiro, segundo os dados do Banco Central.

Para a economista Isabela Tavares, da Tendências Consultoria, a retração mostra que o avanço das taxas de juros para consumidores e o aumento da inadimplência vêm refreando o crédito.

O spread (diferença entre o custo que as instituições financeiras pagam para captar recursos e os juros cobrados na ponta) dos consumidores subiu mais do que os juros, diz ela. "Parte desse movimento reflete a piora da qualidade da carteira, com maior participação de modalidades emergenciais no último ano."

A expectativa, segundo a economista da Tendências, é de nova elevação dos juros nos próximos meses, devido ao maior risco de crédito e ao aumento nos juros futuros.

"Mais à frente, no fim de 2026 e ao longo de 2027, a tendência é de melhora gradual das condições financeiras, com cortes na Selic [taxa básica de juros] reduzindo o custo de captação e avanços em renegociações e portabilidade aliviando a inadimplência."

Em relatório, o Goldman Sachs apontou que acredita que o crédito enfrentará dificuldades nos próximos meses, como consequência das condições monetárias restritivas e da moderação no crescimento e na dinâmica do mercado de trabalho.

"Por outro lado, o ativismo de crédito por parte dos bancos públicos e as novas linhas de financiamento patrocinadas pelo governo federal e bancos públicos devem amortecer o ciclo de crédito", afirmou o banco. (Folhapress)

Master pediu ao TCU para reverter liquidação determinada pelo Banco Central

O controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, tentou reverter a liquidação determinada pelo Banco Central em 18 de novembro do ano passado. Em uma petição encaminhada ao TCU (Tribunal de Contas da União) alguns dias depois, a defesa do ex-banqueiro pede a revisão dos atos assinados pelo presidente do BC, Gabriel Galípolo, que decretavam a liquidação extrajudicial do conglomerado.

À época da liquidação, a defesa do banqueiro dizia que não tentava impedir a liquidação, mas considerava apressada a decisão, pois o banco vinha trabalhando em uma "saída organizada", que incluiria o aporte do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) e a venda para a Fictor.

Procurada na última quinta-feira (26), a defesa de Daniel Vorcaro informou que não comentaria o assunto.

A Fictor foi alvo de operação da Polícia Federal na quarta (25), sob suspeita de lavagem de dinheiro atribuído a um grupo criminoso ligado ao Comando Vermelho.

A informação vem à tona apenas agora, com a derrubada do sigilo sobre os documentos do TCU na investigação que o órgão de controle conduz contra o Banco Central no caso Master. O sigilo havia sido levantado pelo ministro Jhonatan de Jesus em 17 de dezembro. A decisão de derrubá-lo foi da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o que deu acesso a documentos mantidos em segredo, como o pedido da defesa de Vorcaro ao relator e a conclusão da auditoria da área técnica do TCU, feita a mando de Jhonatan no BC e que causou apreensão em agentes do setor bancário.

O requerimento de Vorcaro ao TCU incluía ao menos outros sete pedidos, por meio dos quais a defesa do ex-banqueiro buscava ainda a decretação de sigilo absoluto sobre o processo (o que ocorreu), a proibição cautelar da venda de ativos pelo liquidante e a realização de uma inspeção no Banco Central para que fossem verificados os procedimentos internos na análise da tentativa de compra do Master pelo BRB (Banco de Brasília).

Vorcaro pediu também que o TCU incluísse nessa inspeção uma investigação sobre a liquidação do conglomerado, tendo em vista, segundo a defesa do ex-banqueiro, além do plano de saída organizada "ausência de apreciação, pelo BCB, do pleito de transferência de controle do Banco Master para o grupo Fictor".

O pedido da defesa do ex-banqueiro foi apresentado no âmbito de uma representação que analisa a conduta do BC na tentativa de compra do Master pelo BRB –o negócio foi vetado pela autoridade monetária no dia 3 de setembro. No dia 18 de dezembro, a área técnica do TCU propôs aceitar somente o pedido de Vorcaro para ingressar como interessado no processo.

No mesmo dia, o ministro Jhonatan de Jesus, relator de sete representações que tratam da conduta do BC, determinou que a autoridade monetária fosse ouvida e chegou a considerar o bloqueio cautelar da venda de ativos do Master no processo de liquidação, como pedia a defesa do ex-banqueiro.

O relator voltou a falar na possibilidade de bloquear a venda de ativos em seu despacho de 5 de janeiro, quando determinou a inspeção no Banco Central. Nessa decisão, o ministro também não descartou a reversão da liquidação do banco.

"É inerente ao regime de liquidação extrajudicial a prática de atos com potencial de difícil reversão, notadamente os relacionados a alienação, oneração, transferência ou desmobilização de ativos relevantes", escreveu Jhonatan. "Ao mesmo tempo, reconheço que medidas indiscriminadas que inviabilizem o funcionamento mínimo do regime podem produzir perigo na demora reverso, com impactos sobre credores, depositantes (...) com reflexos no FGC."

Na quinta (26), o TCU informou em nota que os despachos de 18 de dezembro e 5 de janeiro observaram critérios técnicos e processuais, "com base nos elementos constantes dos autos, nas manifestações da unidade técnica especializada e na necessidade de obtenção de elementos primários para a adequada instrução do caso."

Na época, a avaliação de agentes do mercado bancário foi a de que o bloqueio da venda de ativos travaria o processo de liquidação, o que atrasaria o ressarcimento aos investidores e ainda colocaria em xeque a autoridade do Banco Central.

No relatório de inspeção realizada por determinação do relator, a área técnica do TCU aponta que o ministro viu indícios graves na decisão do BC de iniciar a liquidação do banco de Vorcaro, "tais como: a desconsideração de uma proposta de aquisição de R$ 3 bilhões às vésperas da liquidação, morosidade na análise de planos de reorganização com o FGC, cronologia atípica do processo decisório e possíveis divergências técnicas internas."

A conclusão da área técnica, contudo, foi a de que a conduta do Banco Central foi diligente e tecnicamente fundamentada na supervisão do Banco Master.

Para a unidade especializada em bancos da corte de contas, a AudBancos, a decretação da liquidação do Master foi uma medida "imperativa, legal e tecnicamente fundamentada". O relatório aponta que a liquidação foi tempestiva, ou seja, não foi decretada cedo demais ou tarde demais.

A realização de uma inspeção no processo decisório do BC foi recomendada pela AudBancos em dois momentos. Em setembro, quando avaliava pedido da Procuradoria do Distrito Federal de intervenção na decisão contrária à compra do Master, e depois em dezembro.

Segundo relatório do TCU, a Audbancos concluiu "pela ausência de pressupostos para a cautelar no momento, recomendando, contudo, aprofundamento via fiscalização."

Os processos que tratam do Master no TCU foram enviados ao Senado atendendo um pedido do senador Renan Calheiros (MDB-AL), que montou um grupo de trabalho para acompanhar as investigações do escândalo. Os documentos chegaram ao Congresso com recomendação de sigilo, depois Renan determinou que os processos fossem liberados.

No TCU, os processos seguem sob sigilo. Na terça (24), o ministro Jhonatan de Jesus decidiu suspender o andamento do processo que avaliou a regularidade da liquidação. O relator afirmou ter decidido pelo sobrestamento do processo até que estejam concluídas apurações em andamento no Banco Central, na CGU (Controladoria-Geral da União) e na Polícia Federal, todos ligados ao caso Master.

Segundo o ministro, as conclusões desses procedimentos podem trazer novas provas que tornariam incompleta sua decisão. O sobrestamento, afirma, evita "deliberação de mérito fundada em premissas fáticas que possam ser significativamente impactadas por informações oficiais ainda não disponíveis nestes autos." Mantém na mira, porém, os servidores do BC que participaram da supervisão e liquidação do Master. (Folhapress)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Porto Do Vitoria Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ: 40.997.635/0001-20

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20	85
Recebíveis	4	-	150.003
Impostos a recuperar		5	6
Total do ativo circulante		**25**	**150.094**
Total do ativo		**25**	**150.094**

Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2024
Passivo circulante			
Obrigações tributárias		1	1
Debêntures	5.3	-	149.986
Outras obrigações		24	106
Total do passivo circulante		24	150.093
Patrimônio líquido			
Capital social	6.1	1	1
Total do patrimônio líquido		**1**	**1**
Total do passivo e patrimônio líquido		**25**	**150.094**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionadoExercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	**20.806**	**22.436**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(20.809)	(22.426)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(16)
Valor adicionado bruto	**(3)**	**(6)**
Valor adicionado líquido produzido	**(3)**	**(6)**
Receitas financeiras	3	6
Valor adicionado recebido em transferência	**3**	**6**
Valor adicionado total a distribuir	**-**	**-**
Impostos Taxas e Contribuições	-	-
Impostos e contribuições	-	-
Remuneração do capital próprio	**-**	**-**
Resultado do exercício	-	-
Valor total adicionado	**-**	**-**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa - (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.1	1	1
Resultado líquido do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.1	1	1
Resultado líquido do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.1	1	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Valores em milhares de Reais-R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 21 de janeiro de 2021 para aquisição CCB números 000173474/5/9/C3 da HOLDING CODESA S.A., inscrito no CNPJ/ME sob o nº 45.024.766/0001-44. O Fluxo da CCB honrará os pagamentos das despesas, juros e principal das debêntures. Os recursos líquidos captados pelo Emitente por meio da Cédula serão utilizados para o (i) pagamento de preço de aquisição das ações de emissão da Companhia Docas do Espírito Santo S.A. - CODESA ("CODESA"), no âmbito do Leilão nº 01/2022 - PPI/PND, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Aquisição - Leilão CODESA"); (ii) um ou mais aportes de capital pelo Emitente na CODESA (a critério exclusivo da transferência de recursos pelo Emitente para a CODESA (inclusive por meio de mútuo) para fins de (a) pagamento em recursos financeiros de bonificação da outorga para administração dos portos de Vitória/ES e Barra do Riacho/ES ("Pagamento de Bonificação de Outorga"); e/ou (b) aquisição de precatórios pela CODESA para fins de utilização no Pagamento da Bonificação de Outorga; (iii) pagamento de outros custos, honorários, comissões e despesas relacionados à Aquisição - Leilão CODESA; (iv) reembolso de despesas relacionadas à Aquisição - Leilão CODESA; e (v) uso no curso normal dos negócios do Emitente e/ou da CODESA. Foram emitidas 100.000 (cem mil) de debentures da 1ª Emissão da Companhia, de série única, com valor nominal unitário de R$ 1 (um mil Reais), que fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 6,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Em 05 de setembro de 2022 a Companhia por meio da ATA da Assembleia Geral Extraordinária realizou a alteração da razão social para "Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A". **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais: 2.1. Autorização:** Em conformidade com o artigo 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 24 de março de 2026. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma mencionado, e apresentam-se como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de seu realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a partir da data de contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios economico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constitutida como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. Os ganhos e perdas líquidos são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, quando aplicável, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócios adotado pela Companhia para a gestão desses ativos e com as características dos fluxos de caixa contratuais, sendo mensurados: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio do resultado; ou (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, conforme aplicável. A Companhia avalia, quando aplicável, a existência de perda de crédito esperada sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando existe direito legalmente executável de compensação e a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (requisitos gerais de divulgações)	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado em quatro categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário. **3. Caixa e equivalentes de caixa:**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras (i)	19	84
Total	20	85

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 96,5% do DI-Interfinanceiro. Não há qualquer risco sobre perda do valor investido. **4. Recebíveis:** A CCB nº 000173474/5/9/C3 possui prazo de duração de 3 (três) anos, com valor principal de R$ 100.000 (cem milhões de reais), no contexto da uma operação estruturada de securitização de créditos financeiros, servindo como lastro para a emissão de debêntures, que também são conversíveis em ações. **a) Composição da carteira:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo anterior	150.003	127.504
(+) Atualização de juros (Vide Nota Explicativa nº 9)	16.640	22.399
(+) Prêmio sobre recebíveis (Vide Nota Explicativa nº 9)	4.166	-
(-) Amortizações	(170.809)	-
Total	-	150.003

Em 25 de julho de 2025, de acordo com o termo de quitação, foi efetuado o resgate antecipado total da CCB, no valor de R$ 170.809 (cento e setenta milhões e oitocentos mil reais). Em decorrência da quitação, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de R$ 100.000 (cem milhões de Reais) com a integralização de 100.000 (cem mil) Debêntures, a serem emitidas pela Companhia, por meio da Escritura de Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, sendo as Debêntures de série única. Até o final do 1º de dezembro de 2025 foram subscritas na totalidade as 100.000 (cem mil) Debêntures. **5.2. Características das debêntures: a) Remuneração:** As Debêntures fazem jus a remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 6,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. **b) Garantia:** Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a Cessão Fiduciária de Cash Collateral de Ações, Mandato Irrevogável e Irretratável de Voto e Outras Avenças, celebrado pela Companhia e Codesa Porto (após aquisição do porto) e Fundo de Despesas. **c) Risco de crédito:** Os direitos creditórios adquiridos podem não ser integralmente performados, o que pode resultar em inadimplência de recursos para o pagamento das debêntures. Os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependem substancialmente do fluxo de pagamentos dos direitos creditórios vinculados à operação. **d) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa:** Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá avaliar os prováveis riscos de não liquidação duvidosa dos direitos creditórios quando sua realização. **5.3. Composição das obrigações com debêntures:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Anterior	150.003	127.504
Amortização emissão - série única	(170.809)	-

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 de 2024 - (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacionais	20.806	22.436
Custo dos serviços prestados	(20.809)	(22.426)
Resultado bruto	(3)	10
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	-	(16)
	-	**(16)**
Resultado operacional	(3)	(6)
Receitas financeiras 11	3	6
Resultado financeiro	3	6
Resultado do exercício	-	-
Resultado básico por ação	0,00000	0,00000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 de 2024 - (Valores expressos em milhares de Reais)

Atividades operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Juros sobre a carteira de créditos	(16.640)	(22.399)
Juros sobre as debêntures	16.640	22.399
Prêmio s/ Recebíveis	(4.166)	-
Prêmio das debêntures	4.169	(32)
(Aumento)/redução no ativo:		
Adiantamento a fornecedores	-	13
Impostos a recuperar	1	(3)
Aumento/(redução) no passivo:		
Obrigações tributárias	(1)	-
Outras obrigações	(68)	106
Fluxo de caixa proveniente das / (aplicado nas) atividades operacionais	**(65)**	**84**
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(65)**	**84**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	85	1
No final do exercício	20	85
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(65)**	**84**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios	4.166	-
Juros emissão - série única (Vide Nota Explicativa nº 10)	16.640	22.399
Subtotal	-	150.003
Saldo anterior	(17)	15
Prêmios a pagar	3	(32)
Baixa fundo de despesas	14	-
Subtotal	-	(17)
Total das emissões	**-**	**149.986**

Em 25 de julho de 2025, de acordo com o termo de quitação, foi efetuado o resgate antecipado integral das Debêntures. **6. Patrimônio líquido: 6.1. Capital social:** O capital social subscrito da Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 1, dividido em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R$ 1. **6.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como dotação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **6.3. Dividendos propostos:** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: • 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; • 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas. • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. **7. Provisão para contingências:** A Companhia não possui contingências de natureza fiscais classificadas como perda provável ou possível, conforme avaliação de seus assessores jurídicos, não sendo requerida a constituição de provisão ou divulgação adicional. **8. Interessados Macacos:** A Companhia não participa de operações com instrumentos financeiros negociados em contas patrimoniais. A gestão de riscos é realizada por meio de políticas conservadoras, visando segurança, liquidez e rentabilidade. **8.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3): O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **9. Receitas operacionais:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as receitas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita de juros sobre carteira de crédito (Vide Nota Explicativa nº 4)	16.640	22.399
Reversão de Prêmios (Vide Nota Explicativa nº 4)	4.166	37
Total	20.806	22.436

10. Custos operacionais: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os custos operacionais estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a pagar (5)	(3)	(32)
Juros Debentures (Vide Nota Explicativa nº 5.3)	(16.640)	(22.399)
Gestão de carteiras	-	(17)
Custo liquidante, Escriturador, Custo B3	-	(8)
Total	**(20.809)**	**(22.426)**

11. Receitas financeiras: As receitas financeiras estão demonstradas no quadro a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicações financeiras	3	6
Total	**3**	**6**

12. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. **13. Relação com auditores:** Em atendimento à regulamentação aplicável, a Companhia informa que não contratou, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, outros serviços que possam comprometer sua independência, além dos serviços de auditoria externa, em conformidade com as normas da CVM e do Conselho Federal de Contabilidade. **14. Eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras.

Diretoria
Diretor Presidente e Diretor de Relações com o Investidor
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Responsável Técnico
Jaime Coelho da Silva - Contador - CRC 1SP238696/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da **Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações adicionais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Cédula de Crédito Bancário:** A Companhia realiza a gestão de direito creditório oriundo da atividade de securitização, vinculado à emissão de uma Cédula de Crédito Bancário (CCB). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esse direito creditório foi relevante para a estrutura de negócios da Companhia, por estar diretamente relacionado à captação de recursos, à geração de receitas e ao cumprimento das obrigações assumidas no âmbito da emissão de debêntures. Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 4 e nº 5, em 25 de julho de 2025 foi efetuado o resgate antecipado integral do saldo da CCB e das debêntures, de acordo com o respectivo termo de quitação. Em função da relevância da operação ao longo do exercício, bem como da necessidade de validação da adequada baixa contábil dos saldos, do reconhecimento dos efeitos no resultado e da suficiência das divulgações relacionadas ao encerramento da operação, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluíram, não se limitam a: • Inspeção de documentação formal relacionada à quitação e ao resgate antecipado integral da operação, incluindo o termo de quitação; • Análise dos contratos que suportam a cessão dos direitos creditórios; • Recálculo da atualização dos saldos da CCB e das debêntures até a data da liquidação; • Verificação da adequada baixa contábil dos ativos e passivos relacionados à operação; • Avaliação do reconhecimento dos efeitos da liquidação antecipada no resultado do exercício; • Avaliação da adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento, mensuração, liquidação e baixa da Cédula de Crédito Bancário e das debêntures, assim como as divulgações apresentadas nas notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., cuja apresentação é requerida por lei de acordo com as normas específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, as questões relacionadas com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burla aos controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras refletem as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como assuntos de auditoria do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação deverem ser razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 24 de março de 2026. **Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.** - CRC 2SP-031.269/O-1; **Fábio Rodrigo Murale** - Contador CRC 1SP-212.827/O-0

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS

OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

Erik Felipe da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 10/01/1994, consultor de vendas, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Juvanete Maria da Silva; e **Suellen Messias Santos** , brasileira, divorciada, nascida aos 31/05/1997, consultor de vendas, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Pedro Paulo de Souza Santos e de Luciane Messias.

João Botter Pegorin, brasileiro, solteiro, nascido aos 05/02/1998, vendedor, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Everaldo Antonio Pegorin e de Gisele Botter Pegorin; e **Laís Schuindt Gonçalves Alvarenga Carneiro,** brasileira, solteira, nascida aos 09/12/1996, designer de Sobrancelha, natural de São José dos Pinhais - PR, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Marco Antonio Alvarenga Carneiro e de Rosemary Schuindt Gonçalves Alvarenga Carneiro.

Allison Camargo Pipolini, brasileiro, solteiro, nascido aos 10/06/2005, controlador de acesso, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Adriano Ferreira Pipolini e de Rafaela Aparecida Camargo; e **Thais Milena Oliveira da Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 11/05/2006, controladora de acesso, natural de Taboão da Serra - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Erivan da Silva e de Alexsandra Oliveira da Silva.

Ubiratan Bebiano da Costa, brasileiro, solteiro, nascido aos 10/08/1979, supervisor de qualidade, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em Itapecerica da Serra - SP, filho de Antonio Bebiano da Costa e de Maria das Graças Bebiano da Costa; e **Valdirene Martins dos Santos,** brasileira, divorciada, nascida aos 13/10/1974, assistente administrativo, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Milton Francisco Santos e de Quitéria Martins de Albuquerque.

Valdecir Miranda Sampaio, brasileiro, nascido aos 02/01/1989, metalúrgico, natural de Ariquemes - RO, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Walter Sampaio dos Santos e de Maria das Graças de Jesus Miranda ; e **Raquel Cristina dos Santos ,** brasileira, solteira, nascida aos 14/03/2006, natural de Taboão da Serra - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Domingos dos Santos e de Elaine Patricia da Silva.

Leonardo Gomes Martins de Araujo, brasileiro, solteiro, nascido aos 26/12/1991, contador de acesso, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Presentino Martins de Araújo e de Maria Edinir Gomes de Araújo; e **Viviene Barbosa Reis ,** brasileira, solteira, nascida aos 13/01/1989, auxiliar de vida escolar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Carlos Reis e de Rosilene Barbosa de Aguiar.

Luiz Vieira da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 10/06/1995, tecnico de manutenção, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Cleide Vieira da Silva; e **Luana Alves da Silva ,** brasileira, solteira, nascida aos 25/11/1996, garçonete, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Cícero Alves da Silva e de Maria José da Silva.

David da Silva de Morais , brasileiro, divorciado, nascido aos 20/05/1982, motorista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Sebastião Ferreira de Morais e de Doete Maria da Silva; e **Elisangela Maria Rocha da Silva,** brasileira, divorciada, nascida aos 10/07/1983, copeira junior, natural de Palmares - PE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Rocha e de Maria do Carmo da Silva.

Jeferson Souza Jordão, brasileiro, solteiro, nascido aos 17/02/1996, motorista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Eraclito Donizete Jordão e de Rosemari de Souza Leitner; e **Grace Aparecida Chagas Barbosa,** brasileira, solteira, nascida aos 12/06/1998, contadora, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Donizete Leonardo Barbosa e de Katia Cilene Chagas Barbosa.

Jonathan Soares Teles da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 09/11/1994, vendedor, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Silvano Teles da Silva e de Laura Lucia Soares dos Santos Silva; E **Sara Ester Machado da Silva ,** brasileira, solteira,

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

TERÇA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2026
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ: 26.609.050/0001-64

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	205	667
Clientes		79	-
Outros contas a receber		196	183
Impostos a recuperar	4	3.308	2.082
Partes relacionadas	5.1	29	22
Total do ativo circulante		**3.817**	**2.954**
Total do ativo		**3.817**	**2.954**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	3.798	3.942
Resultado abrangente do exercício	**3.798**	**3.942**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral	Resultado acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		238	48	6.322	-	6.608
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.942	3.942
Constituição de reserva de lucros		-	-	3.942	(3.942)	-
Adiantamento de dividendos	7.3	-	-	(7.919)	-	(7.919)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**238**	**48**	**2.345**	**-**	**2.631**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.798	3.798
Constituição de reserva de lucros		-	-	3.798	(3.798)	-
Adiantamento de dividendos	7.3	-	-	(2.900)	-	(2.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**238**	**48**	**3.243**	**-**	**3.529**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores em milhares de Reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia") foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 27 de outubro de 2016. A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição, venda e securitização de direitos creditórios de qualquer natureza, bem como de títulos e valores mobiliários lastreados nesses direitos, de créditos imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, e ainda de créditos e direitos do agronegócio e títulos e valores mobiliários lastreados nesses créditos e direitos do agronegócio; (ii) a emissão e colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis e/ou Certificados de Recebíveis Imobiliários e/ou Certificados de Recebíveis do Agronegócio, ou qualquer outro título de crédito e valor mobiliário, lastreados em direitos creditórios de qualquer natureza e/ou créditos imobiliários e/ou direitos do agronegócio, compatíveis com suas atividades, mediante a constituição de patrimônio separado, conforme disposições legais aplicáveis; (iii) a gestão e administração de carteiras de direitos creditórios de qualquer natureza, créditos imobiliários e créditos e direitos do agronegócio; (iv) a prestação de serviços de estruturação de operações de securitização; (v) a realização da atividade de distribuição de Certificados de Recebíveis e/ou Certificados de Recebíveis Imobiliários e/ou Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis e/ou qualquer outro valor mobiliário proveniente da atividade de securitização, no mercado financeiro e de capitais, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, e demais disposições aplicáveis; e (vi) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades de securitização e emissão de outros títulos de crédito e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios de qualquer natureza e/ou créditos imobiliários e/ou direitos do agronegócio. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram integralizados 23 séries de CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários), (03 séries de CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) e 13 séries de debêntures e 02 séries de CR, totalizando 41 séries.

Tipo	Emissão	Série	Data integralização	Valor emissão
CRI	57	2	16/01/2025	8.400
CRI	60	1	31/01/2025	55.500
DEB	15	1	13/03/2025	9.860
CRI	63	1	27/03/2025	10.800
DEB	16	1	21/04/2025	9.150
CRI	51	5	18/06/2025	1.000
CRI	51	6	18/06/2025	4.000
DEB	17	1	07/05/2025	30.000
CRI	65	1	23/05/2025	180.000
DEB	18	1	30/05/2025	2.925
DEB	18	4	30/05/2025	2.925
DEB	18	7	30/05/2025	8.500
DEB	19	1	02/06/2025	150.000
DEB	13	1	18/06/2025	30.000
CRA	23	1	30/06/2025	84.000
CRA	23	2	01/07/2025	36.000
CRI	66	1	01/07/2025	25.000
DEB	2	1	04/07/2025	2.000
DEB	20	1	15/07/2025	70.000
DEB	20	2	15/07/2025	34.000
CRI	69	1	14/08/2025	23.500
CRI	68	1	18/08/2025	340.000
CRI	67	1	29/08/2025	557.577
CRI	67	2	29/08/2025	154.544
CRI	67	3	29/08/2025	537.879
DEB	21	2	19/09/2025	400
DEB	21	3	19/09/2025	100
CRI	72	1	13/10/2025	13.750
CRI	72	2	13/10/2025	13.700
CRI	72	3	13/10/2025	15.794
CR	1	1	19/11/2025	2.480
CR	1	2	15/10/2025	620
CRI	76	1	28/11/2025	30.000
CRA	24	1	19/11/2025	50.000
CRI	70	1	15/12/2025	35.000
CRI	79	1	16/12/2025	25.000
CRI	79	2	16/12/2025	15.000
CRI	79	3	16/12/2025	10.000
CRI	74	1	15/12/2025	40.000
CRI	74	2	16/12/2025	23.500
CRI	74	3	16/12/2025	23.000

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais - 2.1. Declaração dos diretores: Em conformidade com o Artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 20 de março de 2026.**2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas podem incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, em prazos nunca superiores a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (Circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sedo gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejaj requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são estimados com o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.7. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (Circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sedo gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejaj requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são estimados com o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (Circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sedo gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejaj requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são estimados com o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	9	2.833	3.336
Custo dos serviços prestados	10	(47)	(40)
Lucro bruto		**2.786**	**3.296**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(1.365)	(204)
Despesas tributárias		(131)	(63)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	904	760
Resultado operacional		**2.194**	**3.789**
Receitas financeiras	13.1	16.377	8.984
Despesas financeiras	13.2	(12.852)	(6.828)
Resultado financeiro		**3.525**	**2.156**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**5.719**	**5.945**
Imposto de renda e contribuição social	6.1	(1.921)	(2.003)
Lucro líquido do exercício		**3.798**	**3.942**
Lucro básico por ação - Reais		**15,958**	**16,563**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.798	3.942
(Aumento) / Redução no ativo:		
Impostos a recuperar	(1.225)	166
Clientes	(79)	596
Partes Relacionadas	(7)	(22)
Outras contas a receber	(13)	(176)
Aumento / (Redução) de passivo:		
Fornecedores	6	(1)
Obrigações Tributárias	(46)	73
Outras Obrigações	4	(4)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	**2.438**	**4.574**
Dividendos pagos	(2.900)	(8.995)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(2.900)**	**(8.995)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(462)**	**(4.421)**
No início do exercício	667	5.088
No final do exercício	205	667
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(462)**	**(4.421)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Receita de serviços	3.135	3.692
Outras receitas	904	760
	4.039	**4.452**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(47)	(40)
Valor adicionado bruto	**2.627**	**4.208**
Valor adicionado líquido produzido	**2.627**	**4.208**
Receitas financeiras	16.377	8.984
Valor adicionado recebido em transferência	**16.377**	**8.984**
Valor adicionado total a distribuir	**19.004**	**13.192**
Impostos taxas e contribuições	**2.354**	**2.422**
Impostos e contribuições	2.354	2.422
Remuneração de capital de terceiros	**12.852**	**6.828**
Despesas financeiras	12.852	6.828
Remuneração do capital próprio	**3.798**	**3.942**
Lucro líquido do exercício	3.798	3.942
Valor total adicionado	**19.004**	**13.192**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Travessia Securitizadora S.A.** São Paulo - SP **Opinião sobre as demonstrações financeiras** - Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para a opinião sobre as demonstrações financeiras** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Direitos creditórios vinculados às operações de securitização** - Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1, 9 e 13, a Companhia realiza operações de securitização por meio da estruturação e emissão de títulos lastreados em direitos creditórios, incluindo Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), debêntures e outros instrumentos financeiros. No contexto dessas operações, a Companhia reconhece receitas de estruturação e realiza o gerenciamento dos fluxos financeiros associados às emissões. Consideramos esse assunto como principal em nossa auditoria em razão da relevância dos saldos envolvidos, da natureza das operações da Companhia e dos julgamentos da Administração relacionados ao reconhecimento, mensuração e apresentação dos direitos creditórios e das receitas associadas às operações de securitização. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a: • Avaliamos, com base em testes por amostragem, a documentação de suporte das operações de securitização, incluindo contratos, instrumentos financeiros e documentos relacionados aos direitos creditórios e aos títulos emitidos; • Analisamos a cessão dos direitos creditórios e verificamos a consistência entre os contratos, registros contábeis e as informações apresentadas nas demonstrações financeiras; • Avaliamos os critérios utilizados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios vinculados às operações de securitização; • Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras, incluindo as principais premissas e evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, considerando que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios vinculados às operações de securitização, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras. **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** - Revisamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora S.A., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho executado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou de erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude pode envolver o uso e prevalente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relativos para a auditoria para planejamento dos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerevelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2026.
Villela e Associados Auditoria e Consultoria S.S.
CRC MG - 007189/O-2
Luis Guilherme Villela Alves
Contador CRC - MG 67.509/O-8

REVITA ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF 08.623.970/0001-55 - NIRE 35.300.338.952

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE JANEIRO DE 2026

1. Data, hora e local. Realizada em 05 de janeiro de 2026, às 11:30 horas, na Sede da social da **Revita Engenharia S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Gonçalo Madeira, 400FR, térreo sala 1, Jaguaré, CEP 05348-000 ("Companhia"). **2. Presença e convocação.** Dispensadas as formalidades de convocação, tem razão da presença da única acionista da Companhia, na forma do artigo 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada. **3. Mesa.** Sr. **Ângelo Teixeira de Castro Carvalho** (Presidente) e Sr. **Arthur Longano Bevilacqua** (Secretário). **4. Ordem do dia.** Deliberar sobre a rerratificação da ata de Assembleia Geral da Companhia, realizada em 10 de dezembro de 2011, ás 12 horas, aprovada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 06 de dezembro de 2011 sob o nº 486.951/11-0 ("AGE 10/11/2011"). **5. Deliberações:** A acionista, sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprova a rerratificação da AGE 10/11/2011, para correção da descrição do imóvel, de valor venal arbitrado de R$ 9.422.600,00 (nove milhões, quatrocentos e vinte e dois mil e seiscentos reais), constante da matrícula nº 118.997, arquivado no Ofício de Registro de Imóveis do município de São Leopoldo - RS, Livro 2 - Registro Geral, que constou do acervo cindido da Companhia, devendo constar conforme certidão presente no Anexo I à esta ata. A acionista autoriza os diretores da Companhia a tomarem todas e quaisquer providências para formalizar a deliberação acima, bem como a publicar a presente ata na forma de extrato, conforme dispõe o §3º do artigo 130 da LSA. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. Mesa: Ângelo Teixeira de Castro Carvalho - Presidente de Mesa: Arthur Longano Bevilacqua - Secretario. **Acionista:** Solvi Essencial S.A. representada por Frederico Guimarães da Silva e Annabel Vargas Pereira da Silva. Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1306, 2º andar, Vila Olímpia, SP, 05 de janeiro de 2026. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Ângelo Teixeira de Castro Carvalho** - Presidente de Mesa. JUCESP nº 096.627/26-8 em 19/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretário Geral.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/MF Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035 - Companhia Aberta

EDITAL ÚNICO DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 10ª (DÉCIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 5 (CINCO) SÉRIES, COM INSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO SEPARADO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. ("EMISSÃO" E "EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados, por meio deste Edital único, conforme art. 26, § 1º-A da Resolução CVM 60, os Srs. Debenturistas da 10ª Emissão, Em 5 Séries, da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente, nos termos da "Escritura da 10ª (décima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 5 (Cinco) Séries, com Instituição de Patrimônio Separado, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A." ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se em primeira convocação no dia 22 de abril de 2026, às 14:00hs, e, em caso de não instalação da Assembleia, devido insuficiência de quórum, em segunda convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 14.00hs, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (ii) Autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, juridico@grupotravessia.com e at.assembleias@oliveiratrust.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respecti

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodia.com.br/leiloes-publicidade-legal

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS VI S.A.

CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos milhares em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	80
Impostos a recuperar		3	2
Total do ativo circulante		**4**	**82**
Ativo não circulante			
Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário	4. a)	13.867	14.328
Total do ativo não circulante		**13.867**	**14.328**
Total do ativo		**13.870**	**14.410**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos milhares em Reais)

	Notas	Capital social	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.1	1	1
Resultado do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1	1
Resultado do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contador CRC 1SP-212.827/O-6Contexto operacional. 1. Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 09 de agosto de 2021. A Companhia tem por objeto social: (i) A aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (Créditos Mercantis); (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos; **(v)** a gestão e administração dos Créditos Mercantis, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; **(vi)** a aquisição e a alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; **(vii)** a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; **(viii)** a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; **(ix)** a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e **(x)** a prestação de garantias por meio de títulos e valores mobiliários por ela emitidos. A Companhia foi constituída para adquirir as cotas da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) emissão de cotas do Blueagro Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário - FII, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo"). O fluxo das cotas do Fundo faz jus aos pagamentos das despesas, juros e principal das Debêntures emitidas pela Companhia. Atualmente, a Companhia possui duas emissões de debêntures. A primeira emissão, consistiu em 5.000.000.000 (cinco bilhões) de debêntures da série única, com valor nominal unitário de R$ 0,01 (um centavo). Em 02 de fevereiro de 2024, a companhia realizou a segunda emissão, emitindo 206.400.339 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove) debêntures da série única, com valor nominal unitário de R$ 0,01 (um centavo). Ambas as emissões garantem uma remuneração correspondente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, com base em dias úteis (futuros e cheios) e dias úteis. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais - 2.1. Autorização:** Em conformidade com o Artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 30 de março de 2026. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas podem incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e ainda, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, considerando os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constitutiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Ao provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do valor envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, quando aplicável, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócios adotado pela Companhia para a gestão desses ativos e com as características dos fluxos de caixa contratuais, sendo mensurados: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de resultado; ou (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, conforme aplicável. A Companhia avalia, quando aplicável, a existência de perda de crédito esperada sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando existe direito legalmente executível de compensação e a intenção de liquidá-los no líquido, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.	01/01/2027

O IFRS 18 introduz também a exigência de que a Companhia forneça medidas de desempenho específicas da gestão (MDGs) em seus demonstrativos financeiros, incluindo detalhes sobre como essas MDGs são calculadas e como se reconciliam com os totais e subtotais do IFRS 18. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS

01/01/2027

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros. Quaisquer impactos futuros serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário. **3. Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Anterior	1	80
Aquisição de cotas de Fundo de Investimento Imobiliário	14.328	21.332
Perdas patrimoniais - Cotas de Fundo (Vide Nota Explicativa nº 10)	(461)	5.060
Deságio sobre aquisição de cotas (Vide Nota Explicativa nº 9)	-	(14.562)
Total	**13.867**	**2.500**
Resgate	**13.867**	**2.420**
Saldo	**-**	**80**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em renda fixa, através do produto fluxo aplicação junto ao mercado interfinanceiro a uma taxa média mensal de 2% do Certificado de Depósito Interbancário podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. **5. Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário -** As Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário foram adquiridas pela Companhia são oriundas de recursos provenientes de cotas da 1ª (primeira) e 2ª emissão de cotas do Blueagro Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário - FII, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo"), que possui prazo de duração determinado de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos. **a) Composição:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Anterior	14.328	21.332
Aquisição de cotas de Fundo de Investimento Imobiliário	-	5.060
Perdas patrimoniais - Cotas de Fundo (Vide Nota Explicativa nº 10)	(461)	(14.562)
Deságio sobre aquisição de cotas (Vide Nota Explicativa nº 9)	-	2.500
Total	**13.867**	**14.328**

Até a data de emissão deste relatório, as demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2025 estavam em processo de auditoria. **b) Objetivo do fundo e políticas de investimento.** A política do Fundo é o investimento preferencialmente imobiliária referente ao terreno rural denominado Gleba 1, localizado na Rodovia Fernão Dias, KM 934, no Bairro Monjolinho, na Cidade de Itapeva, no Estado de Minas Gerais, objeto da Matrícula nº 15.161 do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, e áreas contíguas a referido terreno ("Imóvel"), predominantemente, por meio da aquisição direta do Imóvel ou, ainda, mediante a aquisição de ações ou cotas de sociedades de propósitos específicos, que, eventualmente, adquiram o Imóvel ("SPE"). A política do Fundo é a realização de gestão de ativos imobiliários, mediante investimento no Imóvel, para posterior venda ou obtenção de renda, bem como em quaisquer direitos reais sobre o Imóvel, ou, ainda, pelo investimento indireto no Imóvel, mediante a aquisição de SPE. Ao avaliação para o ativo imóvel Fundo visa a proporcionar uma rentabilidade decorrente da exploração comercial do Imóvel, bem como pela eventual comercialização do Imóvel. O Fundo poderá realizar construções, reformas ou benfeitorias no Imóvel com o objetivo de potencializar os retornos decorrentes de sua exploração comercial ou eventual comercialização. O Imóvel deverá atender, cumulativamente, aos seguintes critérios de conformidade, quando de sua aquisição pelo Fundo: (i) Não ocorrência de quaisquer mudanças legais ou regulatórias que venham a restringir os direitos de aquisição do Fundo com relação ao Imóvel ou que, de qualquer forma, impeçam o Fundo de cumprir com as obrigações previstas nos compromissos de compra e venda e/ou com a Política de Investimento; (ii) Não ocorrência de qualquer indimplemento, pelos vendedores, de quaisquer obrigações estipuladas nos respectivos compromissos de compra e venda que não se provem falsas quaisquer declarações prestadas pelos vendedores que poderiam influenciar na decisão de recomendação do Gestor; e (iii) A disponibilização pelo Gestor, à Administração, do Relatório de Aquisição e da matrícula atualizada do Imóvel, emitida há menos de 30 (trinta) dias, conforme a caso ("Critérios de Conformidade"). **5. Debêntures**

- 5.1. Condições da escritura: De acordo com as Escrituras de Emissão das Debêntures, na primeira emissão, a administração da Companhia deverá capitanear uma emissão de R$ 50.000 (cinquenta milhões de Reais) com a integralização de 5.000.000.000 (cinco bilhões) Debêntures e na segunda emissão visava captar os recursos no montante de R$ 2.064 (dois milhões, sessenta e quatro mil Reais) com a integralização de 206.437.939 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove) observado o disposto nas Escrituras a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo ambas as Debêntures de séries únicas. Até o final de 31 de dezembro de 2025 na primeira emissão foram subscritas 2.000.000.000 (dois bilhões) de Debêntures, das quais 1.740.527.500 (um bilhão, setecentos e quarenta milhões, quinhentos e oito mil) foram integralizadas até o encerramento do exercício. Na segunda emissão foram subscritas 206.407.339 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove) e a totalidade das 206.407.339 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove) foram integralizadas até o encerramento do exercício. **5.2. Características das debêntures: a) Remuneração** - s Debêntures farão jus a remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. **b) Garantia** - Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a alienação fiduciária da totalidade de cotas do Fundo. **c) Risco de crédito** - Os fluxos de pagamento das Debêntures do Fundo poderão não ser realizados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures. As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance do Fundo e dos fluxos de caixa por ele gerados. **5.3. Composição das obrigações com debêntures:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Anterior	26.859	20.590
1ª Emissão de debêntures- série única	-	2.995
Juros emissão - série única	3.250	3.274
Total	**30.109**	**26.859**
Saldo Anterior	2.304	-
2ª Emissão de debêntures	-	2.064
Juros 2ª emissão	408	240
Total	**2.712**	**2.304**
Saldo Anterior	(14.880)	689
Prêmios a pagar (i) (Vide Nota Explicativa nº 9)	(5.629)	(15.569)
Total (ii)	**(20.509)**	**(14.880)**
Total (i+ii)	**12.312**	**14.283**

Das emissões (iii)

(i) Em 31 de dezembro de 2025, houve desvalorização nas cotas do fundo no valor de R$ 5.629 (R$ 15.569 em 31 de dezembro 2024); (ii) O saldo corresponde ao resultado acumulado da operação até a presente data, o qual será repassado aos debenturistas em termo de operação; (iii) As parcelas do passivo são calculadas com base em 2027. **6. Patrimônio líquido - 6.1. Capital social:** O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 500 (quinhentos Reais), divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal sem ações em tesouraria. Em 16 de agosto de 2021 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas. **6.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **6.3. Dividendos propostos:** As demonstrações financeiras exigidas por lei, observadas, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras: O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, que serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. (i) A dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro; e (iv) Do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, de 15/12/76 (vinte e cinco por cento) será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. No exercício social em que a distribuição do lucro for incompatível com a situação financeira da Companhia, o mesmo poderá ser destinado para a reserva de lucros a realizar, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. Quando todos os acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária concordarem, o dividendo previsto no caput poderá ser dispensado, no todo ou em parte. **7. Patrimônio líquido negativo -** Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não apresentou o seu registro em 31 de dezembro de 2025 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. **8. Instrumentos financeiros - a)** Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez: **8.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2025 são descritos a seguir: **• Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. **9. Receitas operacionais** - Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as receitas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita deságio sobre cotas fundos (Vide Nota Explicativa nº 4.a)	-	2.500
Reversão remuneração de debentures (Vide Nota Explicativa nº 5.3)	5.629	15.569
Total	**5.629**	**18.075**

10. Custos gerais - Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os custos gerais estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Perdas Patrimoniais Cotas de fundo (Vide Nota Explicativa nº 4.a)	(461)	(14.562)
Juros sobre as debêntures	(5.168)	(3.513)
Total	**(5.629)**	**(18.075)**

11. Relação com auditores - Em atendimento à regulamentação aplicável, a Companhia informa que não contratou, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, outros serviços que possam comprometer sua independência, além dos serviços de auditoria externa. **12. Remuneração do pessoal-chave da administração** - Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo de 31 de dezembro de 2025. **13. Eventos subsequentes** - Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras.

DIRETORIA
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor
Jaime Coelho da Silva
Contador
CRC 1SP238696/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.** São Paulo - SP **Abstenção de opinião** - Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.** devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. **Base para abstenção de opinião** - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, a Companhia detém cotas do Blueagro Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário - FII, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo"), no montante de R$ 13.867 mil, o que representa aproximadamente 99,98% do total do ativo. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 do referido Fundo estão em processo de auditoria e, até a data de emissão deste relatório, não haviam sido concluídas. Dessa forma, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre esse investimento, o que nos impede de formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA)** - Além do assunto descrito na seção "Base para abstenção de opinião", não há outros principais assuntos de auditoria a serem abordados em nosso relatório. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo comas normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação a Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 30 de março de 2026.
Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.769/O-1
Fábio Rodrigo Murado

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF Nº 38.042.694/0001-40 - NIRE: 35.300.594.035

EDITAL ÚNICO DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 12ª (DÉCIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO AUTOMÁTICO PARA AS DEBÊNTURES DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE E COLOCAÇÃO PRIVADA PARA AS DEBÊNTURES DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE E DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. ("EMISSORA" E EMISSÃO", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados, por meio deste Edital único, conforme art. 26, § 1º-A da Resolução CVM 60, os Srs. Debenturistas da 12ª Emissão, Em 3 Séries, da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da "Escritura da 12ª (Décima Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública sob o Rito Automático para as Debêntures da 1ª (Primeira) Série e Colocação Privada para as Debêntures da 2ª (Segunda) Série e da 3ª (Terceira) Série, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A." ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se em primeira convocação no dia 22 de abril de 2026, às 14:30hs, e, em caso de não instalação da Assembleia, devido insuficiência de quórum, em segunda convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 14:30hs, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos os aditos e demais documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, jurídico@grupotravessia.com e afossembleias@oliveiratrust.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista, caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 31 de março de 2026. **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A - Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa** - Cargo. Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores.

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada, em primeira convocação, no dia **29 de abril de 2026, às 10:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1400, 2º andar, CEP 01455-000, com **possibilidade de participação digital**, através da plataforma digital Teams ("Plataforma Digital"), sem prejuízo da possibilidade de votar por meio de Boletim de Voto a Distância, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: i.Tomar as contas dos administradores, deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes. ii. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2025 e a distribuição de dividendos. iii. Fixar o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: iv. Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, para alterar o artigo 2º a fim de refletir a mudança do endereço da sede da Companhia, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24/11/2025. Informações Relevantes: 1. A Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia e ao exercício do direito de voto na AGOE ("Proposta da Administração") foi disponibilizada no dia 27/03/2026, na forma prevista na Resolução CVM nº 81 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29/03/2022 ("RCVM 81/2022"), e pode ser acessada através dos endereços eletrônicos da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (https://ri.even.com.br). 2. Nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos de comprovação do direito detalhadamente na Proposta da Administração: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes do procurador, conforme o caso; e (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações de sua titularidade no caso específico de ações na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). 3. Os Acionistas que optarem por participar presencialmente da AGOE devem comparecer à sede da Companhia no local e horário indicados. Antes da instalação da AGOE, os Acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão ainda enviar e apresentem no local com antecedência de 1 (uma) hora em relação ao horário indicado. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, todos os documentos mencionados acima poderão, a critério do Acionista, ser depositados na sede da Companhia ou enviados para ri@even.com.br. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, a Companhia solicita que os referidos documentos sejam enviados preferencialmente com 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGOE. 4. Os Acionistas que desejarem participar remotamente da AGOE, através da Plataforma Digital, devem enviar a documentação indicada acima para o e-mail <ri@even.com.br>, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores até as 10:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2026. Caso não sejam recebidas, com antecedência, os Acionistas que não apresentarem os documentos para sua participação na Assembleia até a referida data não poderão participar remotamente da Assembleia. A Proposta da Administração disponibilizada nos termos do item 1 acima contém informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos sobre a participação e votação na Assembleia. Informações adicionais estarão dispon

alper
alta performance em seguros

ALPER CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ nº 11.721.921/0001-60

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração: A Administração da Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Alper" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, alinhadas às normas internacionais de contabilidade (IFRS). O exercício de 2025 foi marcado pela continuidade da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Companhia, com expansão relevante de receita, fortalecimento operacional e simplificação de sua estrutura societária. **2. Desempenho Econômico-financeiro:** A Companhia apresentou evolução consistente em seus principais indicadores operacionais: • **Receita líquida consolidada:** R$ 510,8 milhões (+23,2% vs. 2024); • **Resultado operacional:** R$ 85,1 milhões; • **Lucro líquido consolidado:** R$ 15,3 milhões (vs. R$ 3,6 milhões em 2024); • **Patrimônio líquido consolidado:** R$ 66,5 milhões; • **Total de ativos:** R$ 1,41 bilhão. O crescimento observado reflete: • Expansão da base de clientes; • Consolidação das aquisições realizadas; • Ganhos de escala e eficiência operacional. **3. Estrutura de Capital e Liquidez:** Durante o exercício, a Companhia fortaleceu sua estrutura de capital por meio de: • **Emissão de debêntures**, com objetivo de suportar o plano de crescimento; • **Captação** para gestão ativo de passivos; • **Aumento de capital** no montante de R$ 148,7 milhões. A geração de caixa operacional permaneceu positiva, totalizando aproximadamente R$ 106 milhões no consolidado, evidenciando a capacidade de financiamento das operações. **4. Estratégia e Crescimento:** A Companhia manteve sua estratégia baseada em: **4.1. Crescimento Inorgânico (M&A):** Em 2025, foram realizadas diversas aquisições relevantes, incluindo: • De Caprio; • Ducais / Perutz; • Humani; • Siena; • Reolon; • Aio; • Elevus (Perobas). Além disso, foram incorporadas **12 corretoras ao longo do exercício**, com foco em: • Ganhos de escala; • Redução de custos administrativos; • Simplificação societária. **4.2. Integração e Sinergias:** A integração das operações contribuiu para: • Sinergias comerciais; • Otimização tributária; • Padronização de processos. **5. Reorganização Societária:** Em 1º de dezembro de 2025, foi aprovada a incorporação da **WP Hacaré Holdco S.A.**, então controladora da Companhia. A operação teve como principais objetivos: • Simplificação da estrutura societária; • Eliminação de *holding* intermediária; • Redução da ineficiência administrativa. A transação foi caracterizada como reorganização sob controle comum, sem impacto no resultado consolidado. **6. Mercado e Posicionamento:** A Alper atua no mercado de corretagem de seguros, benefícios e resseguros, mantendo posicionamento relevante no segmento corporativo. Em 2025, a Companhia: • Ampliou sua atuação geográfica; • Reforçou presença em nichos específicos; • Manteve foco em segmentação e benefícios corporativos. • Continuou investindo em tecnologia e inovação (Alper Tech). **7. Governança Corporativa:** A Companhia mantém práticas de governança compatíveis com seu porte e complexidade operacional, incluindo: • Conselho de Administração ativo; • Controles internos e gestão de riscos; • Auditoria independente. Em 2024, foi concluído o processo de fechamento de capital (OPA), com saída da B3, mantendo, contudo, padrões elevados de transparência. **8. Pessoas e Capital Humano:** A Companhia segue investindo no desenvolvimento de seus colaboradores, com destaque para: • Programas de remuneração variável e incentivos de longo prazo; • Crescimento do quadro funcional alinhado à expansão do negócio; • Cultura orientada a performance e resultados. **9. Sustentabilidade e ESG:** A Alper vem evoluindo suas práticas relacionadas a ESG, com foco em: • Governança corporativa; • Ética e *compliance*; • Desenvolvimento sustentável das operações. **10. Riscos e Controles Internos:** A Companhia está exposta a riscos inerentes às suas operações, tais como: • Riscos financeiros (liquidez e crédito); • Riscos operacionais; • Riscos regulatórios. A Administração mantém estrutura de controles internos adequada para mitigação desses riscos. **11. Perspectivas para 2026:** Para o próximo exercício, a Companhia pretende: • Continuar sua estratégia de crescimento via aquisições; • Consolidar as integrações realizadas; • Expandir margens operacionais; • Fortalecer a geração de caixa. A Administração entende que a Companhia apresenta **plenas condições de continuidade operacional**, suportada por seu modelo de negócios, geração de caixa e estrutura de capital.

São Paulo, 31 de março de 2025. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	**514**	281	**557**	399
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	**207.492**	55.524	**221.048**	74.221
Caixa restrito (Nota 3)	**1.431**	1.352	**13.387**	46.333
Contas a receber (Nota 14)	**151.181**	122.335	**161.910**	136.081
Impostos a recuperar (Nota 5)	**13.559**	8.137	**16.900**	9.387
Outros recebíveis de partes relacionadas (Nota 6)	**21.705**	6.678	-	-
Outros ativos	**8.246**	5.478	**10.804**	7.683
	404.128	**199.785**	**424.606**	**274.104**
Ativo não circulante				
Impostos a recuperar (Nota 5)	**2.288**	1.330	**12.065**	10.921
Contas a receber (Nota 4)	**12.810**	14.767	**12.810**	14.767
Outros recebíveis de partes relacionadas (Nota 6)	**1.724**	6.283	**7.359**	6.376
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)	**58.709**	44.345	**59.172**	44.119
Depósitos judiciais (Nota 15)	**3.282**	2.455	**3.282**	2.455
Outros ativos	**737**	3.834	**737**	3.834
	79.550	**73.014**	**95.425**	**82.472**
Investimento (Nota 7)	**61.497**	129.751	-	-
Imobilizado (Nota 8)	**8.620**	7.684	**8.691**	7.830
Direito de uso (Nota 9)	**13.840**	13.835	**13.840**	13.835
Intangível (Nota 10)	**822.763**	597.224	**868.584**	704.637
	906.720	**748.494**	**891.115**	**726.302**
	994.132	**821.508**	**986.540**	**808.774**
Total do ativo	**1.390.398**	**1.021.293**	**1.411.146**	**1.082.878**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Fornecedores (Nota 11)	**25.357**	18.530	**27.208**	18.813
Obrigações trabalhistas (Nota 12)	**44.398**	33.578	**55.788**	49.062
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 13)	**344**	280	**537**	2.256
Outras obrigações tributárias (Nota 14)	**21.886**	18.792	**22.865**	20.112
Outras contas a pagar com partes relacionadas (Nota 6)	**21.590**	11.219	-	-
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 7.1)	**79.212**	101.318	**79.212**	101.718
Arrendamento mercantil (Nota 16)	**6.567**	6.240	**6.567**	6.240
Prêmios e sinistros a pagar (Nota 17)	-	-	**17.467**	42.266
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	**7.471**	94.690	**7.471**	94.690
Debêntures (Nota 18)	**1.463**	-	**1.463**	-
Outros passivos	**3.564**	957	**6.114**	5.371
	211.852	**285.404**	**224.692**	**340.528**
Passivo não circulante				
Fornecedores (Nota 11)	**427**	746	**2.250**	1.156
Outras obrigações tributárias (Nota 14)	**9.458**	10.394	**9.542**	10.506
Provisões para demandas judiciais (Nota 15)	**6.348**	5.745	**6.374**	5.998
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 7.1)	**96.084**	70.367	**96.084**	69.967
Outras contas a pagar com partes relacionadas (Nota 6)	**1.686**	1.434	-	-
Arrendamento mercantil (Nota 16)	**9.803**	9.918	**9.803**	9.918
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	**10.673**	140.088	**10.673**	140.088
Debêntures (Nota 18)	**375.000**	-	**375.000**	-
Outros passivos	**3.008**	799	**11.387**	8.484
	512.487	**239.491**	**521.113**	**246.117**
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 20.1)	**567.605**	418.920	**567.605**	418.920
Ações em tesouraria	**(16.757)**	(16.757)	**(16.757)**	(16.757)
Reservas de capital (Nota 20.4)	**77.730**	72.234	**77.730**	72.234
Reserva de lucro (Nota 20.3)	**22.775**	18.564	**22.775**	18.564
Resultado do período	**14.706**	3.437	**14.706**	3.437
	666.059	**496.398**	**666.059**	**496.398**
Participação de acionistas não controladores	-	-	(718)	(165)
Total do patrimônio líquido	**666.059**	**496.398**	**665.341**	**496.233**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.390.398**	**1.021.293**	**1.411.146**	**1.082.878**

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

	Capital social (excluindo custos em emissão de ações)	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucro	Lucro / (Prejuízo) acumulado	Total Companhia	Participação não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**379.427**	-	**71.261**	**18.383**	-	**469.071**	**(187)**	**468.884**
Resultado do exercício	-	-	-	-	3.618	**3.937**	22	**3.640**
Plano de opções de ações	-	-	385	-	-	**385**	-	**385**
Aumento de capital (Nota 20.1)	**39.493**	-	-	-	-	**39.493**	-	**39.493**
Recompra de ações	-	**(16.757)**	-	-	-	**(16.757)**	-	**(16.757)**
Exercício das opções do plano de remuneração de ações	-	-	588	-	-	**588**	-	**588**
Destinação do lucro (a ser deliberado na AGO de 28/04/2023)	-	-	-	**181**	**(181)**	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos dentimos obrigatórios	-	-	-	-	-	**(935)**	-	**(935)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**418.920**	**(16.757)**	**72.234**	**18.564**	**3.437**	**496.398**	**(165)**	**496.233**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**418.920**	**(16.757)**	**72.234**	**18.564**	**3.437**	**496.398**	**(165)**	**496.233**
Resultado do período	-	-	-	3.437	15.480	**15.480**	(553)	**14.927**
Plano de opções de ações	-	-	5.496	-	-	**5.496**	-	**5.496**
Aumento de capital (Nota 20.1)	148.685	-	-	-	-	**148.685**	-	**148.685**
Recompra de ações	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício das opções do plano de remuneração de ações	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	774	(774)	-	-	-	-
Outras	-	-	-	(3.437)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**567.605**	**(16.757)**	**77.730**	**22.775**	**14.706**	**666.059**	**(718)**	**665.341**

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais: A Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Alper" ou "Companhia"), com sede social localizada na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 13º andar, São Paulo – SP, tem como objeto social a corretagem e administração de seguros de todos os ramos, incluindo de previdência social complementar e de saúde, sendo permitida a participação no capital social de outras sociedades empresariais, de qualquer natureza, no mercado, no setor de seguros e resseguros, no setor de corretagem e intermediação de seguros, incluindo a prestação de serviços correlatos, e no setor de serviços e produtos financeiros, desde que devidamente autorizada pela autoridade competente na forma da legislação aplicável, na qualidade de sócia, acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades atuantes em qualquer dos setores acima referidos, a prestação de serviços de consultoria empresarial e, ainda, serviços de tecnologia. A Companhia foi constituída como sociedade anônima, em 15 de março de 2010, por meio de permuta das ações por quotas de corretoras ("Sociedades Corretoras"). No dia 22 de dezembro de 2023, a WP Itacaré Holdco S.A. adquiriu 71,73% das ações ordinárias da Companhia por meio de leilão. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço de R$ 43,50 por ação, totalizando o valor de R$ 610.373.556,00. E após a liquidação financeira ocorrida no dia 5 de janeiro de 2024, as ações deixaram de ser negociadas no Novo Mercado da B3. Em 10 de abril de 2024, conforme comunicado emitido pela Companhia, foi iniciado o protocolo do pedido de registro de uma oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia visando o cancelamento do seu registro de emissão de valores mobiliários categoria "A" na CVM e, consequentemente, à sua saída do segmento básico de listagem da B3. Em 23 de julho de 2024, a Companhia comunicou que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) aprovou sua OPA (Oferta Pública de Ações) com o objetivo de cancelar o registro da Companhia na B3. O Edital da OPA de cancelamento foi publicado no dia 26 de julho de 2024. Em 26 de agosto de 2024, ocorreu o leilão da Oferta Pública de Ações para cancelamento de registro da Companhia ("OPA"), realizado nesta data por meio do Sistema Eletrônico de Negociação da B3 S.A. Como resultado do leilão, a WP Itacaré Holdco S.A. adquiriu 24.801 ações ordinárias de emissão da Companhia. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço de R$ 46,47 por ação, totalizando o valor de R$ 1.152.502,47. A liquidação financeira da OPA ocorreu em 28 de agosto de 2024. Em 3 de setembro de 2024, a Companhia divulgou através de fato relevante que foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o resgate compulsório da totalidade das ações de emissão em circulação da Companhia. Foram resgatadas o total de 358.200 ações ordinárias de emissão da Companhia que remaneceram em circulação no mercado, representando 1,76% do seu capital social total. O preço do Resgate a ser pago aos seus respectivos titulares, foi equivalente ao preço por ação pago no âmbito da Oferta Pública de Ações para cancelamento de registro da Companhia ("OPA"), cujo leilão foi realizado na B3 S.A. em 26 de agosto de 2024, ou seja, R$ 46,78, ajustado pela Taxa SELIC acumulada, desde a Data de Liquidação do Leilão (28 de agosto de 2024) até a data do efetivo pagamento do Preço de Resgate. A liquidação do resgate ocorreu em 17 de setembro de 2024, aos acionistas, proporcionalmente a sua participação acionária na Companhia, em moeda corrente nacional. As projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais indicam plenas condições de continuidade das operações, reforçadas pelas recentes aquisições. A receita líquida consolidada da Companhia cresceu 23,2% versus o exercício de 2024. Além disso, a Companhia manteve sua eficiência operacional, vide Nota 25. Em 2025, a Companhia seguiu sua estratégia de investimento em CAPEX e M&A, e visando a melhoria de seu capital circulante líquido foi aprovado junto ao Conselho de Administração a captação de debêntures no mês de agosto, conforme demonstrado na Nota explicativa 18.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, principais práticas contábeis, julgamentos e estimativas: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico é baseado nas contraprestações pagas em troca de ativos e os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações. Já o valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia e suas investidas. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado. **2.1. Base de consolidação e investimentos em controladas** - Base de consolidação - Em 31 de dezembro de 2025, a controladora Alper possuía investimentos, diretos e indiretos, em 8 sociedades, representadas por 6 empresas limitadas, 1 empresa sociedade anônima de capital fechado, com atuação em 5 estados brasileiros (7 sociedades em 31 de dezembro de 2024, em 4 estados brasileiros). **2.2.2. Combinação de negócios** - Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido inclui, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* - entrada de recursos adquiridos em *outputs* - saídas de recursos, e os *inputs* - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo *outputs* - saída de recursos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios (contraprestação contingente) - Os passivos contingentes de uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição, e as variações no valor justo da contraprestação contingente subsequente, não classificadas como ajustes do período de mensuração, depende da forma de classificação da contraprtatida contingente. A contrapartida contingente classificada como passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado. Ativos intangíveis adquiridos - Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, equivalente ao custo de aquisição, e, subsequentemente, são mantidos ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. Ágio e teste de valor recuperável *(impairment)* - Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, e, posteriormente, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável (*impairment*). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios, a partir da data de aquisição, deve ser alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa ("UGCs") que se beneficiarão das sinergias das combinações de negócios realizadas pela Companhia, e estas são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou quando houver indicação de perda do valor recuperável desse ativo financeiro. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício, sem a possibilidade de reversão em período subsequente. O valor recuperável das UGCs, no caso da Alper, corresponde ao seu valor em uso, considerando projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas de mercado, demanda e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto. **2.3. Instrumentos financeiros** - Os ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos a partir da data em que ela se torna parte das disposições contratuais de tais instrumentos financeiros, e de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, sendo inicialmente registrados pelo valor justo. A Companhia classifica os seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, dependendo da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro. **2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários** - Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários usualmente com vencimento original de até 90 dias da data de contratação. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço, e seus valores justos. **2.2.5. Contas a receber** - As contas a receber são registradas pelo valor justo, e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente e posteriores são mensuradas pelo custo amortizado. São constituídas provisões para reduzir o risco de crédito com base na perda esperada, considerando a situação de cada credor e as respectivas garantias. **2.2.9. Apuração de resultado** - O resultado das operações da Companhia (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A Administração da Companhia adota como política contábil de competência do custos dos serviços prestados em conjunto com as despesas. **2.2.10. Reconhecimento de receita** - As Sociedades Corretoras de Seguros possuem relacionamento direto com seus clientes intermediando a venda de seguros, conforme a legislação vigente, mas não assumem quaisquer riscos de sinistralidade associados às apólices intermediadas. Desta forma, as comissões recebidas ou a receber, que não requeiram que o corretor preste serviços adicionais durante o período de vigência da apólice, são reconhecidas como receita na data de emissão ou renovação das respectivas apólices ou na nomeação da corretora. Nos demais casos, a receita é reconhecida de acordo com a vigência do contrato. A Companhia e suas subsidiárias adotam a norma CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo o reconhecimento da receita baseado nos cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de performance previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de performance prevista nos contratos; e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida. As estimativas de perda de valores não têm impacto significativo no reconhecimento de receita, haja vista que a prestação de serviços de corretagem de seguros oferece garantias, assim como as perdas de valores com créditos de liquidação duvidosa não apresentam impactos relevantes em decorrência das políticas de mensuração mantidas pela Companhia. Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Companhia. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há previsão de variabilidade somente no acordo de produção/comissão adicional, onde a Companhia possui uma remuneração variável mediante a produção de prêmios líquidos baseados em *ratings*. Assim, a característica contraprestação variável é aplicável somente aos contratos de acordo com a produção/comissão adicional (em função do aumento do volume de prêmios líquidos negociados), cujos efeitos não foram considerados significativos para registro nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. ● **Principais linhas de serviços:** Comissão de corretagem (apólices e endossos) - Destinada à venda de seguros nos negócios de ramos elementares, previdência, benefícios, massificados e automóveis, com consultores especializados e realização de cotação de propostas multisseguradoras, fornecendo soluções em seguros de alto valor agregado. Agenciamento - Os agenciamentos são devidos quando é um novo cliente corporativo para a seguradora e a comercialização de seguros em condições de exclusividade. Prestação de serviços acordados - Destinada à prestação de determinados serviços aos clientes, como consultoria na reestruturação de seguros, possibilitando a esses clientes a ampliação de sua gama de efetas na contratação de seguros e redução do custo com prêmios pagos. Intermediação de resseguros - Operação pela qual o segurador busca transferir total ou parcialmente a outra seguradora, um risco assumido através da emissão de uma apólice ou um conjunto delas. Dessa forma, reduz-se a responsabilidade na aceitação de um risco considerado excessivo, cedendo à Alper RE uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Esta operação está destinada a outras seguradoras nos diversos ramos com consultores especializados e realização de cotação de propostas multisseguradoras, fornecendo soluções em resseguros de alto valor agregado. **20. Patrimônio líquido: 20.1. Capital social** - Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 567.605. **20.2. Ações em tesouraria** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não detinha ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram operações de compra e venda de ações próprias. **20.3. Reserva de lucros** - Foram destinados para reserva legal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 o montante de R$ 774. **20.4. Reserva de capital** - No exercício de 2025, foi reconhecido o valor de *Stock Options* no valor de R$ 5.495.

29. Eventos subsequentes: Em 1º de fevereiro, após a data de encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia concluiu o processo de incorporação de sua subsidiária Aio Corretora de Seguros e Benefícios Ltda. "AIO", conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta mesma data. A operação consistiu na transferência da totalidade do patrimônio líquido da incorporada para a Companhia, que a sucede em todos os seus direitos e obrigações, extinguindo-se a personalidade jurídica da incorporada. Está aprovado para o 2º de abril, após a data de encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia concluirá o processo de incorporação de sua subsidiária Perobas Consultoria Empresarial e Corretagem de Seguros Ltda. ("Elevus"), conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta mesma data. A operação consistirá na transferência da totalidade do patrimônio líquido da incorporada para a Companhia, que a sucede em todos os seus direitos e obrigações, extinguindo-se a personalidade jurídica da incorporada.

Marcos Aurélio Couto
Diretor-Presidente

Guilherme Moretti Vergani
Sênior Vice-Presidente Finanças, M&A e RI

Adriano Carvalho dos Santos
Superintendente de Controladoria - Contador - CRC 1SP184902/O8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Reconhecimento de Receita - O processo de reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas envolve um alto grau de controle para assegurar que as receitas tenham sido mensuradas corretamente, e que estejam devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes aos serviços ainda não prestados. Conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita operacional líquida reconhecida pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 463.988 mil e R$ 510.843 mil, controladora e consolidado, respectivamente. Assim, tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, devido principalmente ao grande volume de transações, dos elementos considerados nos cálculos do reconhecimento da receita da Companhia e de suas controladas, e da transferência de determinados dados entre os sistemas que fazem parte do processo de iniciação, autorização, registro, conciliação e reconhecimento da receita, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. *Como nosso auditoria conduziu esse assunto* - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de receita, incluindo os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação ("TI"), para o qual envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes relacionados com a segurança da informação, gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas; (ii) exames documentais, de natureza formal, em base amostral; (iii) recálculo da receita reconhecida conforme prestação de serviços, e; (iv) análise da adequação das divulgações apresentadas conforme apresentado na nota explicativa 2.2.10 e 21. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração das receitas, bem como suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Teste de redução ao valor recuperável ("*impairment*") dos saldos de ativos intangíveis de vida útil indefinida - Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam registrado saldos de ativos intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio, no montante de R$511.463 mil e R$660.983 mil, controladora e consolidado, respectivamente. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade, a Companhia e suas controladas realizaram teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida. Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria principalmente em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; (ii) das projeções de fluxo de caixa utilizadas para fins desses testes, que são realizadas individualmente, por UGC, e levam em conta estimativas e premissas sensíveis ao atual ambiente econômico; e (iii) da utilização de premissas operacionais nas projeções de fluxo de caixa futuro e taxas de desconto que requerem certo grau de julgamento da Diretoria. *Como nossa auditoria tratou esse assunto* - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Companhia, incluindo a razoabilidade e determinação da UGC; (ii) a comparação do valor recuperável apurado pela Diretoria, com base nos fluxos de caixa descontados, com o respectivo valor contábil da UGC; (iii) a utilização de especialistas internos na avaliação da taxa de desconto; e (iv) a avaliação da adequação da divulgação referente ao teste de "*impairment*" de ativos. Baseados nas evidências obtidas e no resultado dos procedimentos de auditoria anteriormente sumarizados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, entendemos que as políticas e premissas relacionadas ao teste do valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Combinação de negócios - Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou transações que envolveram combinações de negócios, conforme mencionado na nota expl

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

(Continuação) **ALPER CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.** - CNPJ nº 11.721.921/0001-60

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC- SP-034519/O

Murilo Teixeira Coelho Morgante Contador CRC-SP280120/O

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão disponíveis na sede da empresa.

Galeão é arrematado por R$ 2,9 bilhões pela espanhola

O Aeroporto Internacional do Galeão – Antônio Carlos Jobim, no Rio de Janeiro, foi leiloado na segunda-feira (30) por R$ 2,9 bilhões. O valor representa um ágio de 210,88% sobre o mínimo estabelecido em edital, de R$ 932 milhões. A empresa vencedora foi a espanhola Aena, que fez a melhor proposta sobre a oferta de contribuição inicial.

No Brasil, a Aena já controla aeroportos como o de Congonhas (em São Paulo), Recife, Maceió, João Pessoa e Aracaju. A vencedora concorreu com outras duas empresas: a Zurich Airport – que opera os aeroportos de Florianópolis, Macaé, Natal e Vitória – e a RIOgaleão, atual controladora do aeroporto.

O leilão foi vencido após 26 lances em uma etapa em viva-voz, já que, na primeira etapa, a de apresentação de envelopes, a Zurich Airport e a Aena fizeram

Foto/Fernando Frazão/ABr

exatamente a mesma proposta, de R$ 1,5 bilhão. Já a atual controladora do aeroporto, a RIOgaleão, ofertou R$ 934.045.874,00 durante a abertura de envelopes 9na primeira etapa).

O certame de venda assistida foi realizado pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na sede da B3, no centro da capital paulista. O evento contou com a participação do ministro Silvio Costa Filho.

Atualmente, a gestão do aeroporto é da RIOgaleão (Rio de Janeiro Airport), controlada pela Vinci Airports (70%) e Changi Airports (30%).

O terminal foi concedido em um modelo de venda assistida, uma solução desenhada junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) para modernização regulatória e reequilíbrio econômico-financeiro. A concessionária vencedora vai assumir o controle total do aeroporto, já que a Infraero, que hoje detém 49% da operação, deixará o negócio.

No leilão, a empresa vencedora também assumiu o compromisso de pagar à União uma contribuição variável anual correspondente a 20% do faturamento bruto da concessão até o ano de 2039.

O aeroporto do Galeão é uma das principais portas de entrada de turistas estrangeiros no país e também desempenha papel relevante na malha doméstica. Em 2025, o terminal registrou a movimentação de cerca de 18 milhões de passageiros, o equivalente a 13% do tráfego aéreo nacional. (Agência Brasil)

Leonardo Barchini será o novo ministro da Educação, anuncia presidente

Foto/Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou na segunda-feira (30), que o novo ministro da Educação será Leonardo Barchini, que ocupa atualmente o cargo de secretário-executivo da pasta. O atual ministro, Camilo Santana, deixará o cargo para participar da campanha eleitoral deste ano.

Em evento de balanço do Ministério da Educação (MEC), em Brasília, Lula pediu ao futuro ministro que dê continuidade aos investimentos na área em todo o país. Na cerimônia, ocorreu a inauguração simultânea de 107 obras de educação.

Segundo o governo, o investimento federal nas construções soma R$ 413,49 milhões, provenientes do Novo PAC e de recursos próprios do Ministério da Educação (MEC).

Conectividade

O governo ainda anunciou a marca de 99 mil escolas com conectividade adequada, o que representa mais de 71,7% das unidades de ensino. O governo informou que a meta é conectar 137,847 mil escolas de educação básica.

Segundo Lula, o objetivo é que 100% das escolas estejam com internet. A ideia é beneficiar 24 milhões de estudantes. Em 2023, esse percentual era de 45,4%.

O Ministério das Comunicações informa que a meta é conectar 137.847 mil escolas de educação básica. Atualmente, 99.005 escolas públicas brasileiras contam com conectividade adequada para uso pedagógico, o que representa 71,7% das unidades do país

Durante o evento, o Ministério das Comunicações anunciou a contratação de serviços de conectividade para mais 16,7 mil escolas em todo o país, medida que permitirá universalizar o acesso à internet nas unidades de ensino da educação básica ainda não conectadas até o fim de 2026.

Segundo o governo, na Região Norte, o número de escolas com conectividade adequada passou de 4.803 em 2023 para 12.714, atualmente (62,5%). Nas escolas rurais, o total foi de 17.367 para 34.913 unidades (69,7%). Nas comunidades tradicionais, também houve elevação. São 1.815 escolas indígenas e 1.971 escolas quilombolas com conectividade

No balanço do Ministério da Educação, foi informado que há 9,7 mil obras, sendo 7,1 mil em andamento e 2,6 mil concluídas.

As obras incluem 18 creches, 23 escolas e três novos campi de institutos federais. As demais 63 obras correspondem a ampliações e melhorias em unidades já existentes. Na educação profissional e tecnológica (EPT), são 43 obras em 12 institutos federais em 12 estados do país.

Os campi são do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), localizados em Umarizal, Touros e São Miguel. (Agência Brasil)

Juros e inadimplência voltam a subir e refreiam novos empréstimos

Os juros para consumidores e empresas voltaram a subir em fevereiro, pressionando ainda mais a inadimplência e ajudando a refrear novos empréstimos, mostram dados do Banco Central publicados na segunda-feira (30).

Os números mostram que a taxa média de juros para pessoas físicas e jurídicas subiu de 32,7% ao ano em janeiro para 33% ao ano em fevereiro. A inadimplência do crédito com recursos livres (que exclui o financiamento imobiliário e rural) a consumidores passou de 6,7% a 6,9%, e a de empresas avançou de 3,1% para 3,3%.

Nesse cenário, os novos empréstimos tiveram queda em fevereiro na comparação com janeiro, em um movimento que deve se acentuar nos próximos meses.

As concessões a pessoas físicas e jurídicas somaram R$ 699,8 bilhões em fevereiro, na série que considera os ajustes sazonais. Isso representou uma queda de 0,5% na comparação com janeiro, segundo os dados do Banco Central.

"O resultado reflete o aperto das condições financeiras, com novo avanço dos juros bancários para pessoas físicas e aumento da inadimplência em ambas as carteiras", afirma a economista Isabela Tavares, da Tendências.

A especialista aponta que o spread (diferença entre o custo que as instituições financeiras pagam para captar recursos e os juros cobrados na ponta) no crédito ao consumidor subiu mais do que os juros. "Parte desse movimento reflete a piora da qualidade da carteira, com maior participação de modalidades de crédito emergenciais no último ano."

O chefe do departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, destacou ainda que, ao olhar o estoque, o ritmo de crescimento do crédito está em desaceleração em qualquer uma das métricas observadas pela autoridade monetária (pessoas físicas, pessoas jurídicas, crédito livre ou crédito direcionado).

As modalidades de crédito com maior alta na taxa de juros foram cheque especial (7,8% ao mês) e cartão de crédito rotativo (15% ao mês).

O comprometimento de renda (parcela do orçamento familiar destinado ao pagamento de dívidas e despesas fixas) subiu 0,1 ponto percentual no mês, alcançando 29,3% em janeiro. Esse é o maior patamar da série histórica do BC, iniciada em março de 2011.

Para o técnico do BC, as operações de crédito emergencial, em especial do rotativo do cartão de crédito, tiveram papel relevante no crescimento desse comprometimento.

"Com a renda crescendo em ritmo ainda robusto mas, o peso das dívidas acumuladas pesando sobre o fluxo de caixa das famílias, a capacidade de pagamento tende a se deteriorar na margem", afirma Leonardo Costa, economista do Asa Investments.

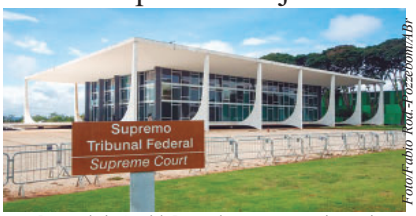
Segundo a economista da Tendências, a expectativa é de nova elevação dos juros nos próximos meses, devido ao maior risco de crédito e ao aumento nos juros futuros.

"Mais à frente, no fim de 2026 e ao longo de 2027, a tendência é de melhora gradual das condições financeiras, com cortes na Selic [taxa básica de juros] reduzindo o custo de captação e avanços em renegociações e portabilidade aliviando a inadimplência."

Em relatório, o Goldman Sachs apontou que acredita que o crédito enfrentará dificuldades nos próximos meses, como consequência das condições monetárias restritivas e da moderação no crescimento e na dinâmica do mercado de trabalho.

"Por outro lado, o ativismo de crédito por parte dos bancos públicos e as novas linhas de financiamento patrocinadas pelo governo federal e bancos públicos devem amortecer o ciclo de crédito", afirmou o banco. (Folhapress)

PGR recorre de decisão que acaba com aposentadoria compulsória de juiz



Foto/Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou na segunda-feira (30) recurso contra a decisão do ministro Flávio Dino que acabou com a aposentadoria compulsória como pena máxima aos magistrados condenados por faltas disciplinares graves, como venda de sentenças, assédio sexual e moral, entre outras.

Após receber o recurso, que está em segredo de Justiça, o gabinete de Dino determinou a intimação das partes envolvidas no processo para se manifestarem no prazo de 15 dias. Em seguida, o recurso deverá ser julgado pelo Supremo.

No dia 16 de março, o ministro determinou o fim da aposentadoria compulsória e alegou que a reforma da previdência de 2019 deixou de prever o benefício previdenciário e estabelece a perda do cargo como punição mais grave. Além disso, Dino disse que a pena beneficia os magistrados condenados.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado em 2005 e é responsável pelo julgamento de faltas disciplinares cometidas por juízes e desembargadores. Em 20 anos, o órgão condenou 126 magistrados à aposentadoria compulsória, punição que permite que o condenado receba vencimentos.

O CNJ tem aplicado a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), norma que definiu que são penas disciplinares a advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, a punição mais grave. (Agência Brasil)

Expectativa é leiloar Aeroporto de Brasília em novembro, diz ministro

Depois do leilão do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, para a espanhola Aena, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que a prioridade do ministério para 2026 é fazer o leilão do Aeroporto de Brasília.

Segundo o ministro, a expectativa do governo é de que este leilão ocorra em novembro. Silvio Costa Filho falou à imprensa, após a concessão do terminal fluminense por R$ 2,9 bilhões, na B3, a bolsa de valores brasileira.

"A nossa prioridade esse ano é fazer esse grande leilão do Aeroporto de Brasília, que nós esperamos também que seja um sucesso."

Além disso, o governo espera também discutir a concessão do Aeroporto Santos Dumont, também no Rio de Janeiro, atualmente administrado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, a Infraero.

Para o ministro, o leilão do Santos Dumont requer uma discussão prévia sobre o papel da Infraero:

"Nós precisamos discutir o papel institucional da Infraero. Eu acho que a Infraero precisa passar por um processo de discussão com a sociedade, com

Foto/Paulo Pinto/Agência Brasil

os servidores. A gente precisa discutir o papel institucional da Infraero pensando no futuro próximo,"

Na opinião de Silvio Costa Filho, a Infraero deveria se dedicar mais à aviação regional: "Ela tem um papel importante para o Brasil, mas a gente pensa que pode ter um papel ainda mais importante se a Infraero puder se dedicar nestes próximos anos à aviação regional."

Leilão

O ministro acompanhou, na tarde de hoje, o leilão do Aeroporto do Galeão, que foi arrematado pela espanhola Aena por R$ 2,9 bilhões. Para Costa Filho, o certame foi um sucesso:

"Isso é um sinal muito positivo para o mercado internacional, que cada vez mais observa o Brasil como uma grande janela de oportunidades para se fazer investimentos. Isso vai consolidar ainda mais a aviação internacional do Brasil."

Tecon 10

Após o leilão do Galeão, o ministro disse a jornalistas que espera que o leilão do terminal de contêineres do Porto de Santos (Tecon 10), no litoral paulista, ocorra ainda neste ano.

"Esse é um leilão que demorou mais de 12 anos. Passou por outros governos, mas a gente espera conseguir viabilizá-lo neste ano. Este será o maior leilão da história do setor portuário brasileiro."

Segundo ele, a expectativa do governo é de que este certame ocorra entre outubro ou dezembro. (Agência Brasil)